

# Estudo Técnico de Revisão dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim

## Relatório Final

### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**

Rômulo Fernandes Melo - Presidente

### **Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável - DIUSP**

Paulo Fernando Maier de Souza – Diretor

### **Coordenação Geral de Florestas Nacionais - CGFLO**

Daniel Bolsonaro Penteado – Coordenador-Geral

### **Floresta Nacional do Jamanxim**

Lauro Henrique de Paiva Jr.- Chefe Flona

### **Coordenador da Equipe Técnica**

Daniel Cohenca

### **Equipe Técnica**

Angelo de Lima Francisco - Biólogo

Daniel Cohenca – Biólogo

Fernando Miguel Tristão Fernandes – Engenheiro Florestal

Jose Sales de Sousa – Técnico em Contabilidade

Lauro Henrique de Paiva Jr. - Geógrafo

Leomar Indrusiak – Engenheiro. Florestal

Wellison Schumann – Geógrafo

Brasília 30 de Setembro de 2009

## 1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é um bioma de grande importância reconhecido internacionalmente por concorrer para a estabilidade ambiental do planeta. Este grande recurso natural, há alguns anos vem sofrendo um acelerado, intenso e desordenado processo de ocupação que coloca sob ameaça sua biodiversidade. A Política atual do Governo Federal para a região visa reverter a atual situação de desmatamento desenfreado, caos fundiário, ausência crônica do Estado nas regiões remotas, persistência de instrumentos de fomento inadequados e implementação de obras de infraestrutura sem medidas mitigadoras adequadas, através de vários instrumentos. Uma das principais diretrizes de natureza político Institucional do MMA consiste na conservação e proteção ambiental de áreas representativas de biomas e ecossistemas brasileiros, com ênfase na Amazônia Legal, tendo como foco a criação de Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável.

A Floresta Nacional do Jamanxim foi criada pelo Decreto presidencial publicado no D.O.U. de 14/02/2006, com extensão de 1.301.120 ha, no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará, com os objetivos básicos de promover o manejo de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, bem como o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável dos recursos naturais. O Decreto prevê a realização de atividades minerárias na Floresta Nacional do Jamanxim, de acordo com o disposto em seu Plano de Manejo em áreas pré-definidas. Ainda segundo o decreto de sua criação as terras da União inseridas nos limites da Floresta Nacional do Jamanxim, serão objeto de cessão de uso, devendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA providenciar os respectivos contratos para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União. Atualmente as terras da Flona estão arrecadas em nome do INCRA.

A criação da Flona Jamanxim, insere-se num contexto mais amplo, em termo de Amazônia, que envolve as Flonas de Amaná, Crepori e Trairão APA Tapajós, Parna Rio Novo e Jamanxim – um grande mosaico de unidades de conservação criadas sob a Área de Limitação Administrativa Provisória – ALAP – situada na região de influência da Rodovia BR-163/PA e instituída pelo Decreto de 18/02/2005.

A unidade é abrangida pelo Distrito Florestal Sustentável que tem como limites a área de influência da rodovia BR-163, compreendida pela mesoregião do Vale do Jamanxim ao sul, até Santarém-PA ao norte e o município de Jacareacanga-PA a oeste. Tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades coordenadas de políticas públicas dos diversos setores do governo para fomentar a atividade florestal em bases sustentáveis: política fundiária, desenvolvimento industrial, de infraestrutura, ciência e tecnologia, assistência técnica e educação. Para a elaboração da proposta de destinação dessas áreas, inclusive criação das citadas Unidades de Conservação, foi criado um Subgrupo Técnico de Trabalho no âmbito do GPTI, composto por vários Ministérios e órgãos vinculados, que após acordos com o Governo do estado do Pará a

apresentação aos prefeitos municipais da região, submeteu o resultado às várias consultas públicas ocorridas entre 16 e 23 de setembro nas cidades de Belém, Novo Progresso, Itaituba e Jacareacanga.

O anseio por redefinição dos limites da Flona Jamanxim envolve questões históricas de ocupação da terra que remonta basicamente à década de 1980, e conseqüentemente tem-se discutido propostas preliminares que não refletem a realidade sócio-econômica e fundiária locais. As soluções de cunho imediatista atendem a interesses corporativistas ligados a alguns latifundiários, tendo como principal objetivo a redução dos limites atuais da Unidade. A desafetação ou redução de seus limites somente pode ser realizada mediante lei específica (segundo o artigo 22 § 7º da Lei 9.985), o que não se resume apenas a uma questão técnica, mas envolve um grande esforço político que passa pelo Congresso Nacional. Lembremos ainda que "a ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta" pública (artigo 22 § 6º da Lei 9.985/2000). O modelo de desenvolvimento atual do Brasil, incentivando a produção de commodities que alcançam alto valor no mercado internacional, tem disseminado uma onda de oposição à criação de Unidades de Conservação, e tem se tornado contumaz usar a proposta da desafetação nas unidades já criadas para resolver questões de uso do solo, ligados a grandes grupos econômicos. A propagação dessa estratégia, geralmente sob a justificativa de acelerar o desenvolvimento econômico, tem servido para enfraquecer e esfacelar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Amazônia e em outras regiões do Brasil.

Na Flona Jamanxim tentou-se replicar o modelo de ocupação das terras do estado de Mato Grosso através de associações que dariam destinação de posses a pretensos interessados, principalmente para a implantação da pecuária extensiva em áreas ao longo da Rodovia BR -163, onde localiza-se a Flona Jamanxim. E, desde 1983 até a criação da unidade, não foram devidamente regularizadas junto ao órgão competente, apesar de muitos posseiros terem protocolado pedidos junto ao INCRA, órgão fundiário responsável pelas áreas. Objetivamente não existem proprietários com terras registradas em cartório dentro dos limites da Flona Jamanxim, existem apenas posseiros, basicamente com documentos de compra e venda, com pretensões fundiárias quase que exclusivamente de grandes extensões, com alta concentração fundiária, e que refletem uma ocupação voltada à pecuária extensiva, nada comprometida com as questões sócio-econômicas locais. A grande maioria dos posseiros não reside na unidade. Muitos têm residência fixa em Estados como Mato Grosso, principalmente, e São Paulo. Antes até de qualquer análise de cunho ambiental devemos refletir que a manutenção do modelo de ocupação atual mostra-se concentradora de renda e socialmente perversa.

A proteção da biodiversidade é outro aspecto relevante da Flona. Em estudos recentes identificou-se espécies não conhecidas da ciência de vários grupos botânicos; a parte sul da Flona

apresenta vários ecótonos/ áreas de transição relevantes, destacadamente no contraforte da Serra do Cachimbo.

Conforme a exposição de motivos do ato de sua criação, a transformação da área em Flona garantiria as práticas sustentáveis de exploração madeireira e minerária.

O documento cita a “necessidade de criação de uma unidade de conservação na Amazônia, um dos mais importantes patrimônios naturais do mundo, procurando impedir ações degradadoras do meio ambiente como o desmatamento, a caça e a pesca predatórias, promovendo o desenvolvimento do uso sustentável dos recursos naturais e as pesquisas científicas.”

Cita que a Floresta Nacional do Jamanxim possibilita “a proteção do patrimônio natural e genético da biodiversidade de importante porção da Floresta Amazônica Brasileira, com o desenvolvimento de pesquisas científicas e implementação de políticas voltadas ao uso sustentável e a conservação dos recursos naturais.”

Porém a criação da unidade em fevereiro de 2006 teve forte oposição em setores da sociedade local, principalmente entre os fazendeiros que haviam se apossado, ou comprado terras de terceiros e grileiros sem documentação legal e mantinham enormes pretensões fundiárias na área que se tornaria a Flona do Jamanxim.

Com os trabalhos de campo e entrevistas foi possível obter dados qualitativos que demonstraram que a negociação de terras dentro da unidade após sua criação quase cessou. Que toda a área da Flona está recortada por lotes de pretensões fundiárias com limites muito respeitados pelos vizinhos. Que o Sindicato dos Produtores Rurais, com apoio das associações de fazendeiros locais, teria feito um levantamento de campo para saber a posse ou a pretensão fundiária de cada um destes lotes, mas que teria aceito nomes de “laranjas” para justificar posses de mais de 1125ha (15 módulos fiscais na região, tamanho passível de regularização fundiária pela lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009).

Através de políticos locais, logo após a criação da unidade foi impetrado na justiça federal uma ação para sustação dos efeitos do decreto de criação da FLONA do Jamanxim. Agora, acercando-se as eleições de 2010, novamente políticos locais unem-se a fazendeiros e grupos oligárquicos da região e entram no congresso nacional com projeto de Lei que sustaria o decreto de criação da unidade ([www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=417455](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=417455)).

Enquanto isso pressionam o governo federal a reduzir drasticamente a FLONA.

Por dados secundários do PRODES/INPE observa-se que, apesar de ser hoje a unidade de conservação com os maiores índices de desmatamento, O desmatamento teria reduzido após a criação da unidade.

Esta condição trouxe a atenção de vários setores governamentais, tendo o IBAMA incluído a região como uma de suas maiores prioridades em termos de fiscalização.

## **2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A REVISÃO DE LIMITES DA FLONA JAMANXIM.**

A revisão dos limites de parte da uma unidade de conservação federal da Amazônia no contexto atual merece várias considerações e ponderações. Devido as dificuldades de gestão, as distâncias e a ocupação irregular da região amazônica, quase todas as unidades de conservação desta região estão hoje vulneráveis em termos de manutenção de sua integridade. Algumas sofrendo maiores investidas sobre sua biodiversidade, outras com investidas menos intensas, mas nenhuma imune a elas.

Infelizmente é comum nas nossas unidades de conservação federais, recentes ou antigas, a extração ilegal de madeira, as invasões para constituição de moradias, os desmatamentos, a caça e a pesca irregulares.

Apesar de serem áreas que deveriam ser objetos de especial preservação pelas leis nacionais, via de regra o poder público tem se mostrado com enormes dificuldades para o eficaz combate aos inúmeros ilícitos ambientais que sofrem essas unidades.

Grandes interesses fundiários, provenientes de investidas contra o patrimônio público, aliado aos lucros provenientes de atividades lesivas ao meio ambiente e ao histórico desregramento da ocupação do território amazônico, parecem ser os principais fatores que corroboram com as dificuldades de se manter a integridade das unidades de conservação amazônicas.

Mesmo admitindo-se a possibilidade de alguns ajustes nos atuais limites da Flona Jamanxim, o objetivo do trabalho de revisão dos limites desta unidade deve ser a correções de possíveis desvios ocorridos no ato de sua criação, como inclusão de áreas sem potencial para conservação ou já muito afetados em termos antrópicos e exclusão de áreas com alto potencial de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais. Este trabalho, pelos motivos a seguir expostos, não deve pautar-se num recuo dos objetivos do governo de reduzir a grilagem de terras, o desmatamento e as demais formas de degradação ambiental que ocorrem na Amazônia.

Ademais os efeitos políticos de uma desafetação drástica de porção da FLONA Jamanxim certamente terá repercussão em todas as outras unidades de conservação da BR163 e da Amazônia, pois todas elas têm algum grau de ocupações irregulares e grandes pretensões fundiárias por parte desses posseiros.

Avalia-se que qualquer desafetação drástica de porção da FLONA Jamanxim enfraquecerá o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, cria um perigoso precedente, enquanto fortalece os movimentos políticos contrários a estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia e a proteção dos recursos naturais.

Como garantir que após este recuo, inúmeros outros não sejam exigidos? A pressão que existe sobre o ICMBio vem de dois lados, enquanto os setores ambientalistas vêem nos altos índices de desmatamento que ocorrem nesta unidade de conservação como uma ameaça ao

SNUC, os fazendeiros vêem na FLONA Jamanxim um impeditivo para o desenvolvimento da pecuária no local.

Porém, as justificativas do poder público que motivou a criação da FLONA do Jamanxim continuam vivas, busca-se na região da BR163 uma ocupação mais ordenada e responsável do que a que ocorreu no arco do desmatamento. Pelas características da ocupação encontradas e relatadas neste relatório, bem como pelos efeitos regionais que traria, o recuo do ato de criação da FLONA Jamanxim ou mesmo a desafetação drástica de porção da unidade traria neste momento um prejuízo ambiental que certamente extrapola o próprio limite desta unidade.

### 3. METODOLOGIA

Para a realização dos trabalhos de campo desenvolvidos na Floresta Nacional do Jamanxim, sudoeste do estado do Pará, foi constituída equipe coordenada pelo Analista Ambiental Daniel Cohenca (Ibama-Supes/SC), e pelos Analistas Ambientais Angelo de Lima Francisco (Resex Pirajubaé-SC), Fernando Tristão M. Fernandez (Chefe da Flona do Jamari), Lauro Henrique Paiva Jr. (Chefe da Flona Jamanxim), Leomar Indrusiak (Chefe Flona Mapiá – Inauini) Wellison Schumann (Chefe da Flona Itaituba I) e o Técnico Administrativo José de Sales Souza (Parna da Amazônia).

Para as incursões terrestres foram utilizados dois veículos modelo pick-up que possibilitou a visita a nove rotas/ramais entre os dias 09/09/09 e 14/09/09. Para as incursões aéreas na Flona Jamanxim utilizou-se helicóptero e tripulação cedidos pelo NOA/DIPRO/IBAMA em período integral entre 12 e 14/09/2009 em seis rotas pré-definidas (duas por dia), com saída do ESREG/IBAMA Novo Progresso. além do levantamento aéreo o helicóptero proporcionou a realização de 21 pousos em locais específicos para entrevistas com os ocupantes. A APA Tapajós também foi sobrevoada em duas rotas em virtude da possibilidade de ampliação da FLONA Jamanxim para áreas na APA. Os rios Novo e Surubim foram visitados para ver a situação dos garimpos e, para avaliar a situação de vastas áreas preservadas contíguas à Flona Jamanxim, identificadas nas imagens de satélite. Foram utilizados 4 GPS de navegação; quatro máquinas fotográficas digitais e 3 computadores portáteis.

Como informações secundárias utilizou-se o “Planos de manejo das Florestas Nacionais do Jamanxim, do Crepori e do Amana, no estado do Pará - produto 4.3 - relatório do diagnóstico socioeconômico da Flona do Jamanxim”(2009); os documentos constantes no processo de criação da Flona Jamanxim, Vol 4 e 5 e anexos I,II e III (02001.005016/2005-47); o relatório com mapas “Subsídios para discussão da redefinição dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim-PA” de Fernando Regis Siqueira e Marcelo Augusto Monteiro Ferraz, Analistas Ambientais do ICMBio (2009) e a proposta de alteração de Limites Flona Jamanxim encaminhada pelas associações dos produtores rurais: do Vale do Garça, da Gleba Imbaúba e Gorotire e Vicinal Mutum-Acá.

Quanto aos dados geográficos, foram utilizados os dados de desmatamento PRODES/INPE acumulados até 2008; as imagens orbitais Landsat 5 TM, com série histórica anual de 2000 a 2008 nas órbitas\_ponto 227\_64,65 e 66 e 228\_64 e 65 proveniente do site do PRODES/INPE e Imagens satelitais Landsat 5 TM do ano 2009 provenientes do site SISCO/IBAMA, bases cartográficas SIVAM fornecidas pelo SFB, e a base hidrográfica baseada em cartas de 1:100.000 digitalizadas pelo Núcleo de Sensoriamento Remoto do IBAMA/Belém.

A coleta de dados seguiu um modelo de formulário com itens a serem coletados visualmente, ou através de entrevistas, todos georreferenciados e registrados em fotografias digitais. Partiu-se do pressuposto de que para a definição de uma possível revisão de limites deve-se seguir alguns critérios objetivos e passíveis de registro confiáveis em função principalmente do exíguo tempo disponível. É importante ressaltar que os critérios foram sendo aperfeiçoados no decorrer dos trabalhos.

Os critérios foram desenvolvidos considerando as características da Flona Jamanxim relacionadas a grandes áreas de criação de gado extensivo, garimpo, baixa densidade de ocupação, características e história da ocupação e aspectos bióticos e abióticos relevantes. Além dos objetivos da categoria Floresta Nacional prevista no SNUC. A APA do Tapajós também foi sobrevoada em virtude da possibilidade de ampliação da FLONA para as vastas áreas preservadas contíguas à Flona Jamanxim.

#### TABELA I

Descrição dos critérios utilizados para caracterizar regiões recursos bióticos, abióticos, características da ocupação e pretensões fundiárias da Flona Jamanxin (2009).

1. Uso do solo	Pecuária/PMF/garimpo- (gradação de uso)
2. Produtividade	Gradação da atividade
3. Densidade humana	Baixa/média/alta
4. Planos de manejo florestal	Quantidade identificada em arquivos do IBAMA/STM
5. Garimpo	Descrição/gradação da atividade observada em campo
6. Área aberta/área preservada	Proporção percentual baseada em dados do PRODES/INPE 2008
7. Tipo ocupante	Principais tipos de moradores encontrados. Vaqueiros, caseiros, posseiros-moradores ou garimpeiros.
8. Concentração fundiária	Pretensão fundiária em termos de tamanho de lotes observado por entrevistas em campo
9. Hidrografia	Nº nascentes (ibge 1:250.000) e principais rios da região
10. Relevo	Geomorfologia segundo dados geográficos do SIVAM

11.Fitofisionomia	Tipologias vegetais predominantes
12.Desmatamentos	antiguidade ou recência da dinâmica segundo dados do PRODES/INPE
13.Interioridade/Contiguidade	Distribuição espacial das áreas preservadas, e desmatadas, fragmentação florestal, etc. (observados em imagens de satélite e sobrevôos
14. Observações gerais	Outros dados pertinentes
15.Permanência/Desafetação/Anexação	Avaliação quanto a permanência, desafetação ou anexação da região à novos limites propostos da Flona Jamanxim.

Após a tabulação dos dados (anexo), a Flona Jamanxim e parte da APA Tapajós foram subdivididas em 13 regiões homogêneas utilizando os critérios definidos na tabela I, e avaliadas quanto á permanência, exclusão ou incorporação/ampliação aos limites da Flona Jamanxim em discussão da equipe de trabalho.

Os limites hidrográficos e as pretensões fundiárias foram utilizados para delimitação das regiões.

É importante ressaltar que em função do tempo disponível para o estudo,a escala de trabalho não foi de coletar informação de cada uma das ocupações (o que deverá ser feito futuramente por um censo georreferenciado), mas através de observações e entrevistas em pontos localizados em várias áreas buscou-se ter uma visão geral de cada região e ramal, caracterizando os tipos de ocupação mais frequentes em cada região.

No entanto a quantidade de conhecimento de campo gerada na Flona Jamanxim é maior do que a até agora disponível. Em função da consecução dos cronogramas e metas que foram propostos, muito material ficará disponível em meio digital anexo a este relatório para análise posterior, mais aprofundada, por técnicos da unidade ou por quem mais interessar.

#### Cronograma das atividades desenvolvidas:

de 25 a 28/08/2009-Reuniões de planejamento das atividades em Brasília;

de 01 a 04/09/2009-Preparação das atividades de campo e reunião de material cartográfico.

07/09/2009-Deslocamento da Equipe a cidade de Itaituba;

08/09/2009-Reunião de planejamento na Coordenação Regional -3;

09/09/2009-Deslocamento da equipe a Novo Progresso;

10/09/2009-Saída a campo da equipe em 2 veículos para uniformizar procedimentos – Ramal Aprorgim;

11/09/2009-Saída a campo duas equipes – ramal Marajoara e ramal da Serra da Negona;

12/09/2009-Saída de uma equipe terrestre para os ramais do Rio Mutuacá na região da Vila Izol em dois veículos e outra equipe para dois sobrevôos na Flona –rotas 1 e 2 ;

13/09/2009-Equipe terrestre vai o ramal Bortolluzzi, e a outra equipe realiza o sobrevôo nas rotas 3 e 4;

14/09/2009-Equipe terrestre vai os ramais da Ass. Vale do Garça, região de Castelo dos Sonhos. Retorno p/ Novo Progresso. Outra equipe realiza sobrevôo nas rotas 5 e 6;

15/09/2009-Reunião das duas equipes p/ avaliação, sistematização e análise dos dados coletados;

16/09/2009-Retorno da equipe p/ Itaituba. Reunião e análise de dados na CR-3;

17/09/2009-Reunião para consolidação dos dados e elaboração de proposta final;

18/09/2009-Conclusão da consolidação dos trabalhos;

19/09/2009-Retorno dos membros equipe aos locais de origem;

de 21 a 25/09-Elaboração do Relatório Final;

29 e 30/09-Apresentação do relatório para a Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais do ICMBio.

#### 4.RESULTADOS

Os resultados dos trabalhos compõe os anexos deste relatório, em especial destacam-se as tabelas de homogeneidade por regiões que podem ser acompanhadas enquanto no decorrer da discussão. Os demais resultados obtidos são anexos digitais a este relatório.

#### 5. DISCUSSÃO

##### **5.1 Caracterização da ocupação no interior da Floresta Nacional do Jamanxim.**

Para a caracterização da ocupação no interior da Floresta Nacional do Jamanxim foram realizadas visitas nas principais vicinais e ramais, que adentram a Unidade, com objetivo de fazer observações de campo e entrevistar as pessoas residentes. Assim obteve-se diretamente as informações qualitativas da forma e período de ocupação, perfil dos ocupantes, tamanho dos lotes, área desmatada, produção, produtividade e organização do trabalho.

Constatou-se em campo com as entrevistas qualitativas, que as ocupações no interior da Unidade são quase que exclusivamente de grande extensão.

A produção está baseada principalmente na pecuária extensiva de corte, que inicialmente necessita uma grande abertura, comumente ocorrida após exploração comercial das madeiras nobres, seguem os desmatamentos e o fogo para implantação de pastagens com espécies de gramíneas exóticas. Pela característica do clima, do tipo de pecuária (cria, recria e engorda) e do tipo de abertura de áreas (desmatamentos sucessivos com áreas abertas para novos pastos) a produtividade média é da ordem de uma a duas cabeças por hectare. Neste modelo, de

desmatamentos sucessivos e implantação de novos pastos, uma grande parte das áreas antigas passa a ficar abandonada com evidente deterioração dos pastos.

Nitidamente, é bastante baixa a densidade populacional humana desse tipo de ocupação (em média utiliza-se apenas um vaqueiro para cada mil cabeças de gado, ou seja 1 vaqueiro para cada 500ha de pastagem em atividade) e são grandes as pretensões fundiárias de posse declaradas nas entrevistas, e observadas em campo.

Ressalta-se também as várias áreas desmatadas e abandonadas que foram encontradas nas incursões terrestres e nos sobrevôos realizados.

A produção agrícola é raríssima e quando existente limita-se a subsistência do morador.

Basicamente encontram-se três tipos de posseiros das fazendas localizadas no interior da unidade, todos provenientes de outras regiões do país, comumente da região sul e passagem pelo estado do Mato Grosso

No primeiro tipo o posseiro é geralmente um empresário, ou grande fazendeiro, morador e residente na região centro-sul do Brasil (principalmente Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato-grosso do Sul e Mato Grosso) de onde envia as ordens e recursos para um administrador local, que, via de regra, reside em Novo Progresso ou Castelo de Sonhos, as maiores concentrações urbanas nesta região da BR163. Na "fazenda" mantém-se um caseiro, vaqueiro ou capataz contratado, via de regra, sem as formalidades da legislação trabalhista, que também são oriundos de outras regiões e que normalmente não permanecem muito tempo no emprego devido aos baixos salários e pouca expectativa de crescimento profissional. Muitas destas enormes áreas, com até 50 mil hectares, são de consórcios de fazendeiros do Mato Grosso. Em várias destas áreas não está mais havendo investimentos desde que foi criada a FLONA Jamanxim em 2006. Algumas destas fazendas tem áreas desmatadas pequenas em relação a área total de sua pretensão fundiária declarada e muitos pastos com baixa produtividade. Estima-se que 55% a 65% da área total da FLONA segue este tipo de ocupação

O segundo tipo é dos posseiros que mantém um ente familiar à frente do negócio, residindo no que denominam "Rua", as áreas urbanas na BR163 (predominantemente em Novo Progresso, Vila Izol e Castelo de Sonhos). Praticamente com poucas exceções, a maior parte destes, residem, moram e mantêm outros negócios fora da Unidade. A posse no interior da Unidade é um meio de expansão dos seus negócios, com "custo baixo" no curto prazo e com expectativa de bons retornos no médio e longo prazo.

No local mantém apenas um vaqueiro que cuida do gado, semanalmente visita o lote. Os lotes variam de tamanho com médias entre 1500 e 5.000 hectares, e é comum serem subdivididos entre vários parentes. Estima-se que 35% a 45% da FLONA segue este tipo de ocupação

O terceiro tipo, encontrado muito raras vezes na unidade é de posseiros/moradores, os que residem e retiram o sustento familiar da posse no interior da Floresta Nacional do Jamanxim. Este tipo de ocupação e atividade também se inicia com o extrativismo de madeiras de valor comercial, desmatamento via corte raso, fogo, pasto e alguma agricultura de subsistência até consolidação da

área aberta. Geralmente têm poucos recursos para produção adequada e melhoria de produtividade agropecuária.

Estes têm a expectativa de ampliar seu patrimônio com a consolidação de suas posses com a compra futura de lotes de vizinhos ou capitalização com venda de suas áreas para vizinhos ou médios e grandes fazendeiros. Geralmente detêm abertura um pouco maior do que sua capacidade de produção e manutenção, localizadas às margens das vicinais e ramais. Desenvolvem suas atividades geralmente em regime familiar, dificilmente mantendo ou contratando funcionários fixos. Assim como os grandes e médios posseiros, mesmo estes menores têm como característica de uso do solo, uma grande falta de cuidados e atenção com as áreas de preservação permanente dos cursos d'água e nascentes incluindo àquelas áreas de relevo mais acidentado. Estima-se que menos de 4% da FLONA segue este tipo de ocupação (entre 30 e 40 famílias)

Há ainda enclaves de garimpos em atividade, porém em declínio, com sobreposição de aberturas para agropecuária e consolidação de posses para garantir alguma margem de negociação com projetos e programas de governo para a região.

Existiram ao redor de 52 Planos de Manejo na atual área da FLONA solicitados ao IBAMA, alguns destes foram explorados até o ano de 2005, quando foi proibida a aprovação de PMFs em áreas não tituladas, e então todos os PMFs na área, aprovados ou em análise, foram suspensos.

As ocupações e aberturas espalham-se por toda a unidade, em geral de forma geograficamente descontinuada. Segundo os dados do PRODES/INPE 2008, 8% da FLONA encontram-se desmatados Como característica observada nas ocupações no interior da Floresta Nacional do Jamanxim, nas laterais diretas das vicinais e ramais, nas áreas mais próximas a rodovia BR163 há uma continuidade um pouco maior de áreas abertas (entre 300 a 500 metros de fundo nas posses menores, entre 1000 e 1500 metros nas médias chegando a 5000 m e 7000 metros nas maiores). A partir deste limite de aberturas já ocupadas, há contiguidade de florestas conservadas em grandes proporções, tanto na direção leste-oeste quanto na direção norte-sul. Sugere-se que isso possa garantir a função da Unidade como de Uso Sustentável de parte de seus recursos naturais.

A ocupação da unidade iniciou-se na década de 80, a área foi loteada e vendida. Poucos são os detentores de lotes desta época, com exceção dos grandes empresários de fora da região, a maioria dos atuais detentores de lotes adquiriu a área após o ano 2000. Nas entrevistas, apesar de ter-se inquirido, não encontramos registro recente de negociação imobiliária na área da Flona, teriam reduzido significativamente a partir da criação da unidade.

As ocupações ocorreram sempre de forma irregular, ou seja, como intrusão, sem as formalidades legais que permitem a justa contemplação dos direitos e deveres da posse. Em todas as entrevistas foi unânime que não existem títulos fundiários em toda a área da FLONA.

Destacou-se nos trabalhos de campo que pouquíssimos posseiros são efetivamente moradores da área da FLONA, estimados pela equipe em 30 a 40 famílias em toda a extensão da

unidade. Em algumas das fazendas mantêm-se vaqueiros, mas muitas áreas não possuem ninguém, e nem pastagens, são vastas extensões de florestas públicas, que apesar desta condição tem posseiros que se dizem donos. Encontram-se também muitos pastos abandonados, em processo natural de regeneração. De modo geral a produção pecuária é baixa e a densidade demográfica também.

Os posseiros moradores entrevistados foram os que menos demonstraram preocupação em relação a existência da Flona, demonstraram consciência de que vieram numa “aventura”, em sua 3ª ou 4ª migração, e que terão seus direitos garantidos, numa possível permanência no local baseada em alteração de sua produção para moldes sustentáveis ou mesmo numa possível indenização.

O depoimento de um posseiro que reside no Mato Grosso e estava passando uns dias no “seu” lote, mostram a extrema preocupação de perder o investimento feito na compra de terras.

Já os posseiros de enormes áreas, moradores de outras regiões, parecem estar se desinteressando pelo lote e diminuindo o investimento, parece que a posse era um investimento fundiário futuro, e a área desmatada e o pouco gado que mantém, são utilizados como comprovadores de manutenção de posse, mais do que uma atividade econômica lucrativa.

Encontrou-se muito o arrendamento de pasto na Flona Jamanxim, um modelo segundo o qual o posseiro aluga a área desmatada e o pasto pronto, e sem maiores investimentos recebe o lucro do arrendamento.

Uma estratégia muito utilizada pelos posseiros tem sido ocupar irregularmente uma região, intensificando o processo de desmatamento com vistas à descaracterização ambiental da área, constrangendo o Governo Federal, acreditando que assim se reduziria a motivação para a proteção da área, o que aumenta muito o custo político de remoção dos invasores.

Em sobrevôos realizados na FLONA, nas imagens orbitais recentes e em dados do PRODES/INPE de 2008 pode-se identificar várias áreas desmatadas recentemente (2007 a 2009) porém sem ocupação econômica, corroborando com essa tese, o que justificaria a permanência dessas posses no interior da Unidade.

No Rio Novo foram identificadas apenas quatro balsas garimpeiras, com a maioria das lavras desativadas, e a atividade em franco processo de decadência. A grande concentração dos garimpos ativos se dá no rio Surubim, afluente do rio Novo, nos limites da APA Tapajós com a região da rodovia transgarimpeira, aonde registra-se as áreas de grande concentração garimpeira como o do “Patrocínio” e a “Vila Nova”.

## **5.2 Revisão de limites por região**

Dado o tamanho das pretensões fundiárias das posses encontradas na unidade, elas possuem um grande espalhamento tanto em termos de posses quanto de fazendas ativas e áreas antropizadas.

Esta característica dificulta seriamente a proposição de novos limites para a unidade pois qualquer novo limite manterá o descontentamento dos posseiros com pretensões fundiárias além destes.

A redelimitação de unidades de conservação na Amazônia, conforme exposto no item 2 deste relatório, deve ser tratado com muitas ressalvas, dada a precedência que será criada de que as invasões, grilagem de terras públicas e desmatamentos na Amazônia seriam anistiados posteriormente.

Assim, foram propostos neste trabalho alguns ajustes dos limites atuais da unidade, que contemplariam a desafetação apenas das partes da unidade de conservação que demonstrassem maior ocupação, maior importância socio-econômica e um baixo potencial de manter-se dentro da unidade, observados os objetivos pela qual a Flna Jamanxim foi criada e nos critérios socioeconômicos e ambientais levantados.

A seguir buscou-se discutir os principais elementos que se destacaram em cada região observada figura 5.2 e assim propor a destinação mais adequada a cada uma delas.

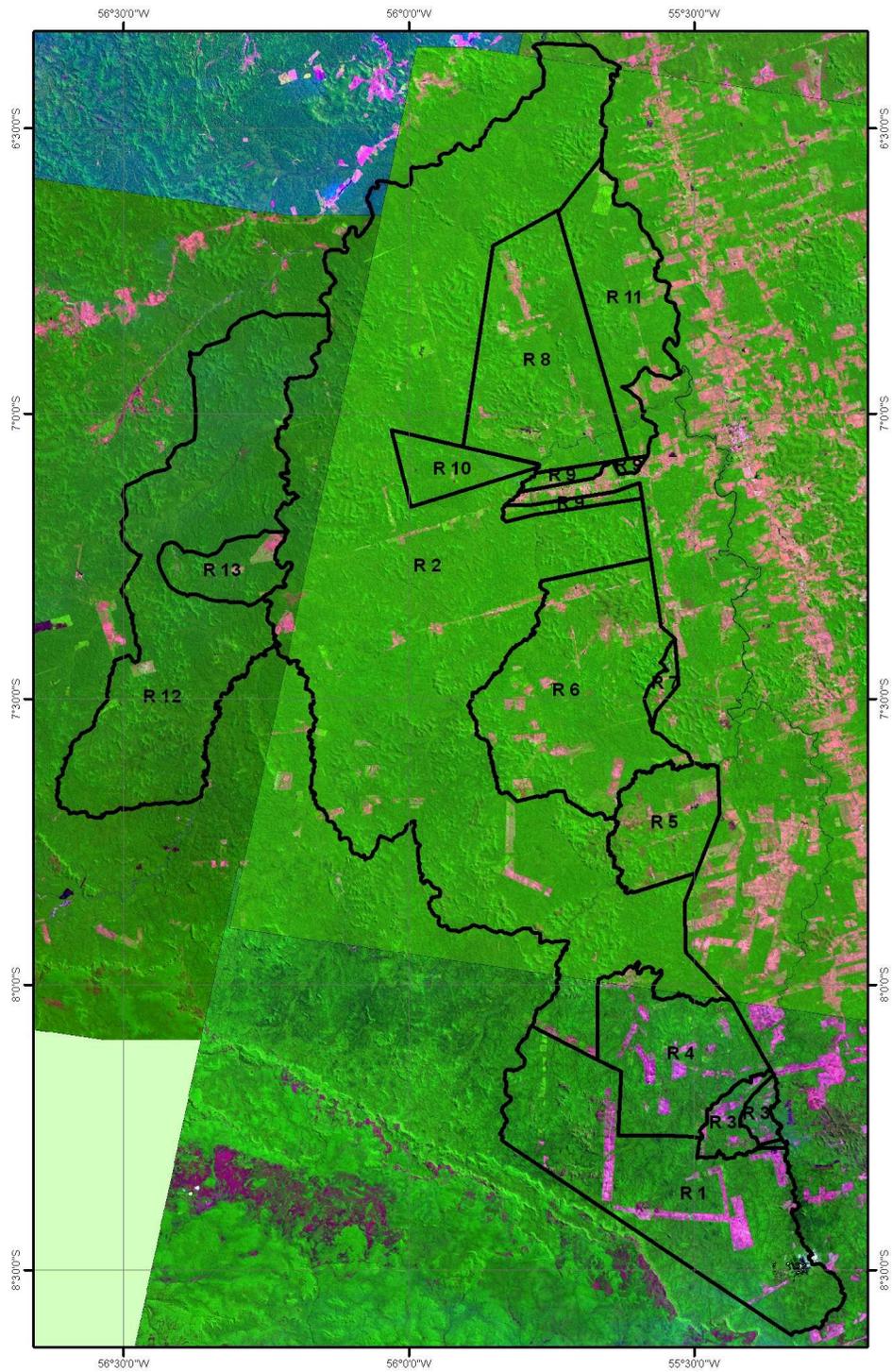


Figura 5.2 Regiões homogêneas definidas para discussão

**5.2.1 - A região 1**, no extremo sul da Flona Jamanxim, foi definida com 153.969 hectares (figura 5.2.1) que é caracterizada pela predominância de poucas pretensões fundiárias, porém muito grandes em termos de área, quase que exclusivamente sob domínio de pessoas que não vivem na região. Em geral as fazendas mantêm alguns poucos vaqueiros contratados no local e um “administrador” em Castelo dos Sonhos. Normalmente os vaqueiros, responsáveis, declararam estar morando há pouco tempo no local. Em geral são provenientes de outras regiões e já trabalharam em outras fazendas próximas. Não conhecem o posseiro, só o “administrador”. As fazendas estão subdivididas em vários lotes em tamanhos de até 2.500ha, ou de até 1.125 ha.

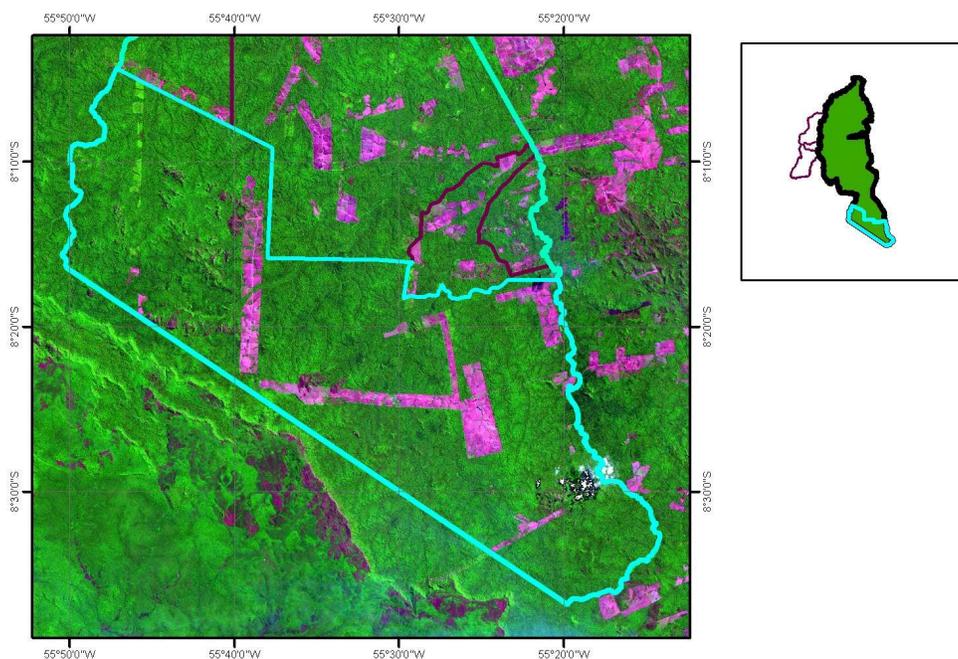


Figura 5.2.1 – Detalhe da região 1 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008

Nas entrevistas apurou-se que quase a totalidade dos pretensos donos moravam fora da região, (numa entrevista disseram que um administrador cuidava de 48 lotes). Entre os pretensos donos estão por exemplo Adenir José Graciani que vive em São Paulo e tem pretensa área de mais de dezoito mil hectares, Bihl, morador do estado Mato Grosso, dono de Frigorífico naquele estado e pretensa área de mais de trinta mil hectares. Ainda o Sr. Laércio, morador de Santa Catarina, também dono de Frigorífico e pretensa área de mais de dez mil hectares, ainda a Família Bortolucci com pretensa área de mais de trinta e cinco mil hectares e ainda outras fazendas que seguem o mesmo padrão.

Na região 1 nota-se que vários planos de manejo foram propostos ou executados, antes da criação da unidade. A área desmatada na região corresponde atualmente a 12 % da área total.

Concluí-se que principalmente pelo baixo benefício social das fazendas, bem como a não caracterização da dependência financeira dos pretensos donos com as fazendas, a região deve

permanecer como unidade de conservação. As pastagens são passíveis de regeneração e as áreas florestais seriam passíveis de manejo florestal.

**5.2.2 - A região 2** abrange 679.091 hectares da área mais preservada da Flona Jamanxim, é a área mais distante da BR163 e é a menos recortada por ramais. (figura 5.2.2)

Apesar de haver nela grandes pretensões fundiárias, em que predominam pessoas que não moram na região, a ocupação efetiva é a mais baixa de toda a unidade. em algumas “fazendas” foram encontrados caseiros, mas muitas áreas desmatadas estão em regeneração ou possuem pasto sem gado.

Segundo entrevistas, o investimento pelos fazendeiros parou desde a criação da Flona, o que é corroborado pelos baixos índices de desmatamentos recentes.

Segundo o levantamento, há apenas uma família de posseiros moradores que vive na região 2, sendo já nas margens do Rio Novo. A contigüidade entre as áreas desmatadas é muito baixa e estas áreas representam apenas 3 % da região segundo o PRODES 2008.

Graças a esse alto índice de áreas conservadas e baixo benefício social das fazendas, sugere-se que a área 2 permaneça como Floresta Nacional do Jamanxim.

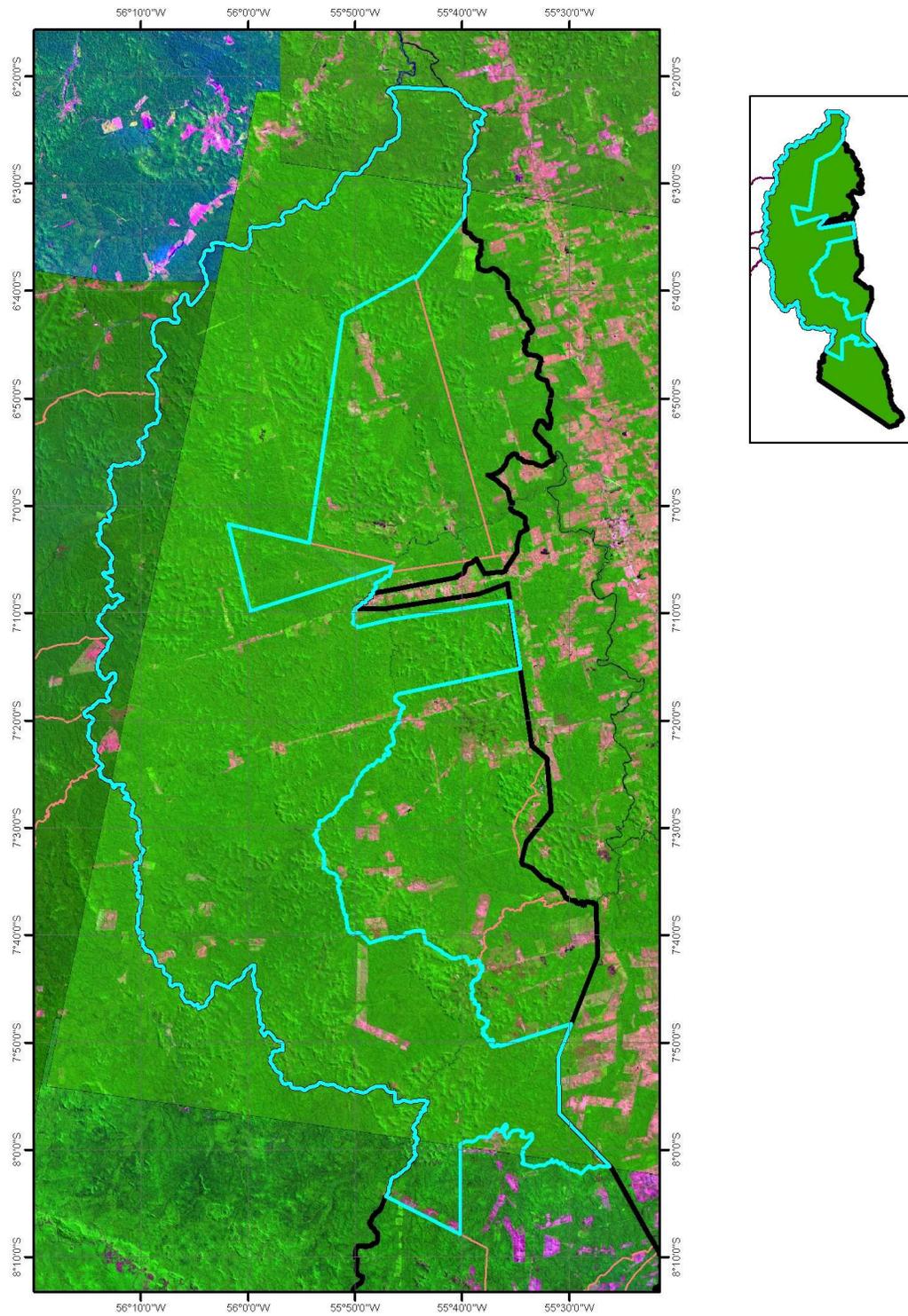


Figura 5.2.2 – Detalhe da região 2 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008

**5.2.3 - A região 3** foi delimitada com duas propostas básicas, uma com área de 6.257 hectares (3P) e a outra com área de mais 12.367 hectares (3G). (figura 5.2.3).

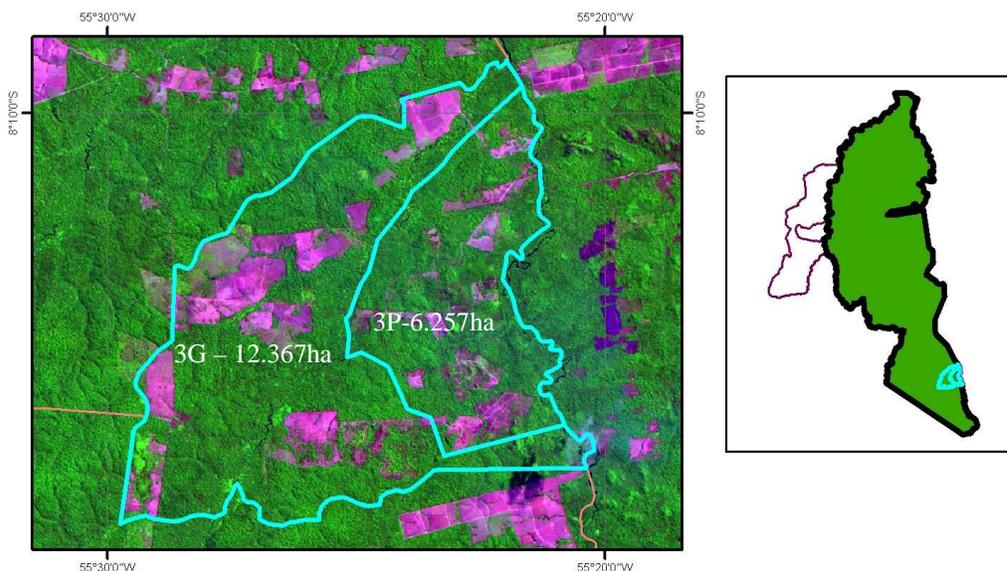


Figura 5.2.3 – Detalhe da região 3 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008

Na área 3G identificam-se cerca de 11 posses, sendo que foi nos informado que em nenhuma delas o posseiro era o próprio morador. A região é caracterizada por ter posseiros que residem em Castelo de Sonhos e mantém apenas um ou dois vaqueiros na área de sua posse. A maioria destes posseiros possui outra ocupação na cidade, como exemplo há o caso de Gonçalo que possui uma rede de revendedora de motos em municípios da região e diz possuir pelo menos 5 “lotes” de 700 a 900 ha em média, cadastrados na associação em nome de parentes próximos.

Em geral as pastagens estão em atividade e a produtividade é mediana.

A região possui poucos desmatamentos recentes e tem 20% de sua área total já desmatada. A contiguidade dessas áreas desmatadas pode ser classificada de média a grande, estes os motivos pelos quais poderia justificar-se uma desafetação desta área da unidade de conservação, porém como contraponto tem-se que na área existe uma grande concentração fundiária e o benefício social que as fazendas produzem é muito baixo (nenhum posseiro morador em grandes pretensões fundiárias).

Na área 3P identificam-se cerca de 14 posses, portanto uma concentração fundiária menor que a área 3G, e pouca divisão de lotes entre parentes. De acordo com as entrevistas identificamos de 4 a 6 posseiros moradores dos lotes, os outros residem principalmente em Castelo dos Sonhos. Destes alguns realmente usam a pecuária na área como atividade econômica principal.

A área está 28% desmatada, sendo que poucas destas foram abertas após a criação da unidade. A associação Vale do Garça, que agrega os posseiros locais é organizada, e vem respeitando o TAC em construção proposto pelo ICMBio

Por ser uma área de relativamente maior interesse social, abrigar mais moradores e posses, estar mais próxima da BR163, possuir acessos terrestres facilitados, estar antropizada a mais tempo, estar respeitando o TAC de paralisação das atividades de desmatamento, de ser difícil a sua gestão atual dentro da unidade de conservação, sugere-se o ajuste e a desafetação desta área da Floresta Nacional do Jamanxim.

**5.2.4 - A região 4** foi delimitada com uma com área de 71.460 hectares (figura 5.2.4). Novamente a concentração fundiária é muito alta, identificam-se de 16 a 22 posses na região pois muitos lotes são subdivididos entre parentes.

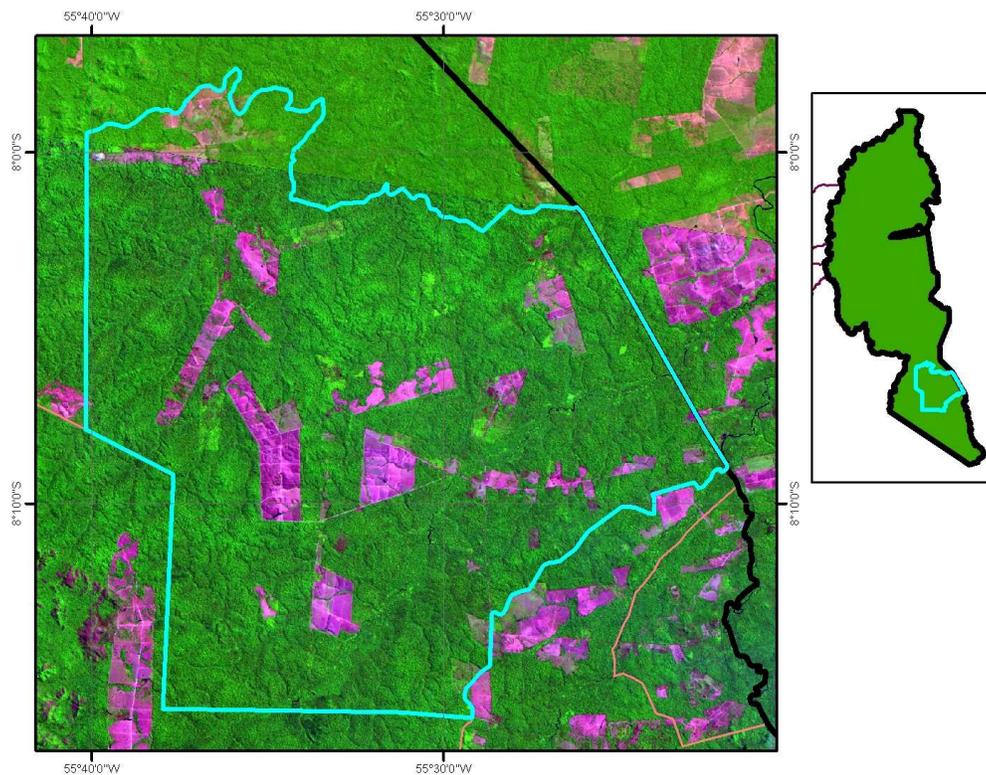


Figura 5.2.4 – Detalhe da região 4 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008

Identifica-se que na maior parte das posses só reside vaqueiros e caseiros. Não foi identificado nenhum posseiro morador nesta região, mas devido a sua extensão e espalhamento pode haver de 0 a 3 posseiros moradores em toda a área. A contiguidade das áreas desmatadas é muito baixa, e sua produtividade pode ser considerada média para a região. No extremo oeste existem alguns pastos abandonados, ou ainda com pouco gado mas sem sede e nem curral.

Segundo dados do IBAMA, na área não houveram PMFs cadastrados, nem propostos, nem aprovados no passado. A área total desmatada é de 15%, nota-se poucos desmatamentos recentes.

Sugere-se a permanência desta área na unidade dada a sua baixa ocupação humana, o espalhamento das áreas antropizadas, e principalmente dado o baixo benefício social das fazendas em seu interior.

**5.2.5 - A região 5** foi delimitada com uma área de 40.703 hectares (figura 5.2.5). Nesta área a maioria dos posseiros reside na vila Izol, na BR163. Encontrou-se apenas 4 posseiros moradores nesta região.

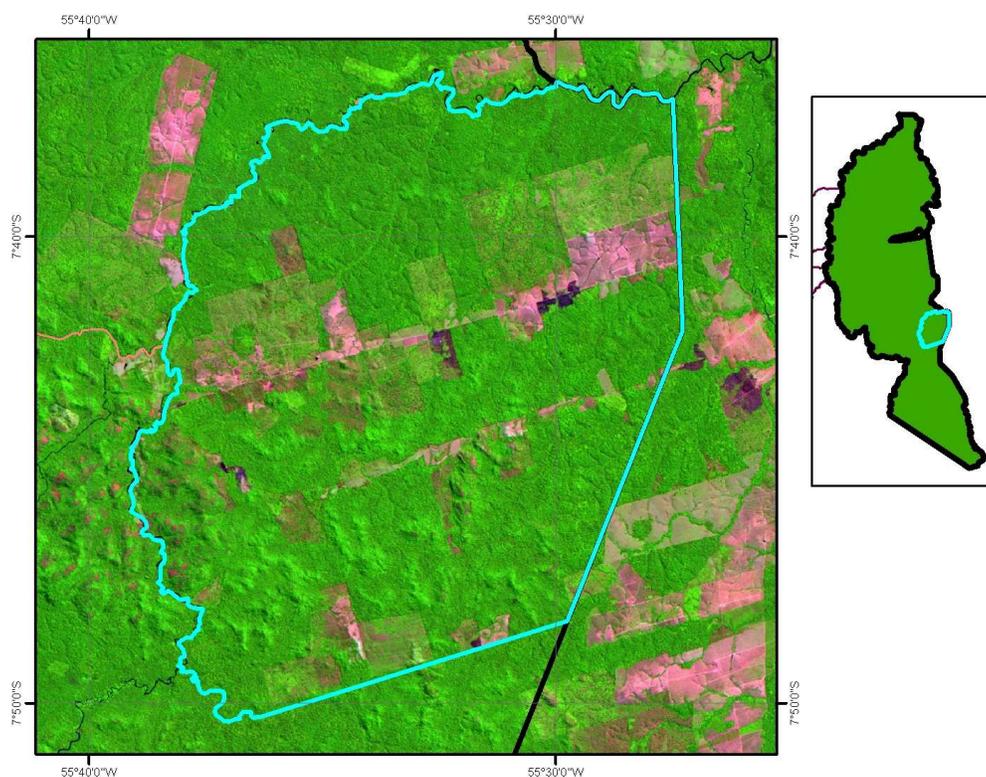


Figura 5.2.5 – Detalhe da região 5 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008

A região caracteriza-se por ser a de maior índice de desmatamento recente. Hoje a área encontra-se 26% desmatada (10.682ha), porém, analisando o histórico dos desmatamentos na região 5, nota-se que **66%** dos desmatamentos ocorreram após a criação da FLONA, predominando os desmatamentos detectados em 2007 (38%) e 2008 (22%).

O IBAMA vem concentrando esforços de fiscalização na área, na tentativa de reduzir o alto desmatamento.

Pela baixa ocupação da área, e pela novidade dos desmatamentos, a desafetação desta área premiaria aos criminosos ambientais, enfraqueceria a possibilidade de um TAC para redução de desmatamentos e certamente traria em seu bojo o ensinamento de que a transgressão e os crimes ambientais dentro de Unidades de Conservação são compensados com a titulação. Um péssimo exemplo para todas as unidades de conservação da Amazônia.

**5.2.6 - A região 6** foi definida com área total de 131.801ha (5.2.6), abrangendo os ramais Marajoara e Serra da Negona. Os dois ramais estão caracterizados pela baixa ocupação atual tanto em termos de densidade populacional quanto em termos de pastagem. Várias áreas estão em regeneração e as ocupações são extremamente espalhadas. Ainda existem várias áreas desmatadas sem sede e sem gado, parecendo ser mais uma tentativa de garantia fundiária do que uma tentativa de produção pecuária. Encontrou-se apenas um posseiro morador na região, podendo haver mais um ou dois destes em toda a região. Outras áreas estão com vaqueiros tomando conta, existem alguns posseiros que são moradores da cidade de Novo Progresso e alguns residem em outros estados.

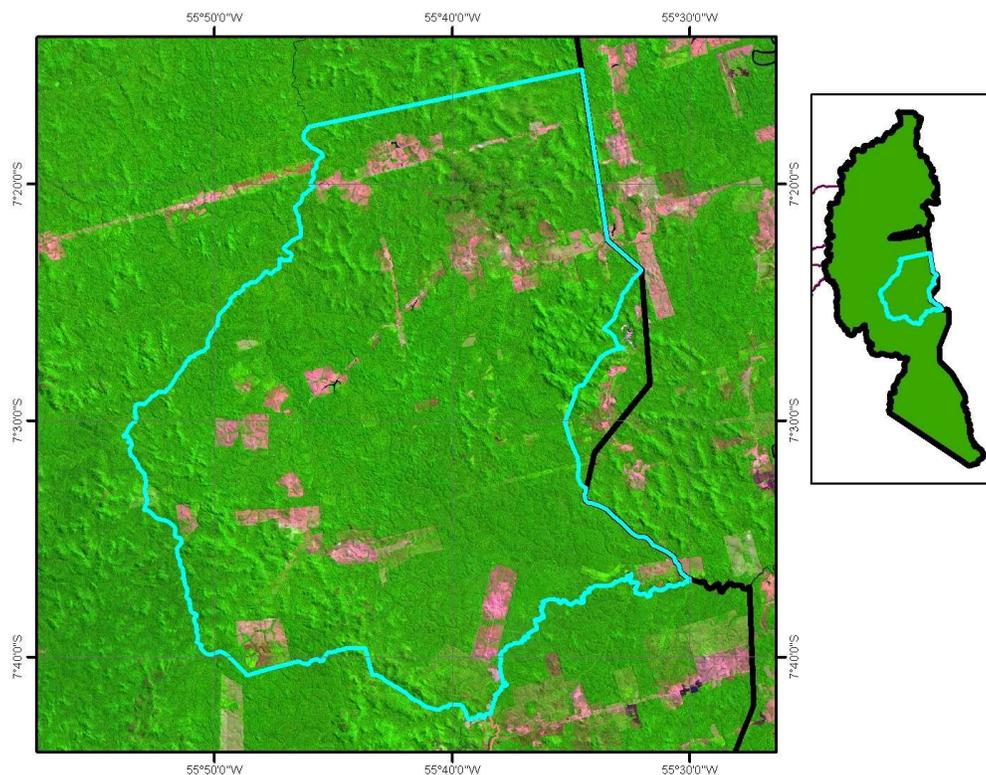


Figura 5.2.6 – Detalhe da região 6 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008

A área total desmatada até 2008 é de 15%, mas várias destas foram encontradas em estágio avançado de regeneração natural.

Considera-se que a permanência desta região na Flona seja a opção mais adequada, devido a baixa produtividade de suas fazendas, alta concentração fundiária e pequeno número de posseiros/moradores.

**5.2.7 - A região 7** foi definida com área total de 4.621 ha (figura 5.2.7). Caracteriza-se por um ramal que atualmente tem o desenho de uma alça que entra e sai da FLONA em sua porção leste, dele não se possui acesso terrestre a outras regiões da unidade. Nesta diminuta região está presente uma área de garimpo de ouro em franca atividade e com vários garimpeiros. Ainda nesta região observa-se vários pequenos lotes com posseiros moradores.

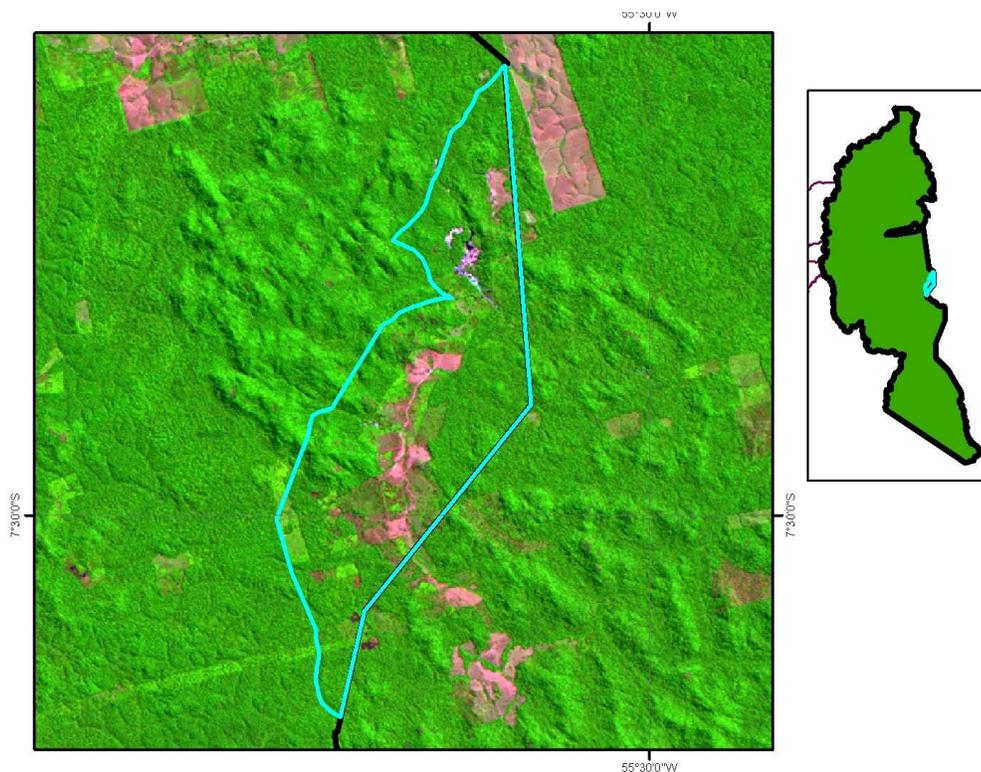


Figura 5.2.7 – Detalhe da região 7 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008

A hidrografia desta região drena para o leste (para fora da unidade), o escoamento terrestre dá-se diretamente à BR163.

A região está 25% desmatada segundo dados PRODES/INPE 2008.

A desafetação desta região traria maior capacidade de gestão da unidade, retiraria uma área já na borda da unidade com grande apelo social e impacto ambiental gerados tanto pelo garimpo como pelas pequenas posses existentes. Por ser próxima ao limite atual da unidade também considera-se a desafetação de menor impacto à contiguidade da Flona. Pela rede de drenagem natural as atividades de garimpo não causariam impacto direto aos rios da Flona,

apesar de estando no entorno deverá ser trabalhado a busca de práticas sustentáveis para as atividades de mineração.

Portanto sugere-se a desafetação desta área como forma de ajuste de limites da unidade, a proposta de fundo seria baseada na rede hidrográfica e algumas linhas secas.

**5.2.8 - A região 8** foi delimitada com uma área de 102.598 hectares (figura 5.2.8). A área é cortada no sentido Norte-Sul pelo ramal dos Goianos, sua hidrografia principal é ao sul o Rio Claro.

O ramal dos Goianos é o de ocupação mais recente na unidade. O total de áreas desmatadas na região 8 ainda corresponde a apenas 9%, mas é a região onde mais se registrou desmatamentos recentes. Entre os anos 2006 a 2008 foram registrados 44% do total de desmatamento acumulado até hoje. E a imagem de 2009 mostra que é a área que mais se desmatou neste ano também. A região é o foco principal da operação Boi-Pirata 2 deflagrada pelo IBAMA com apoio da Guarda Nacional.

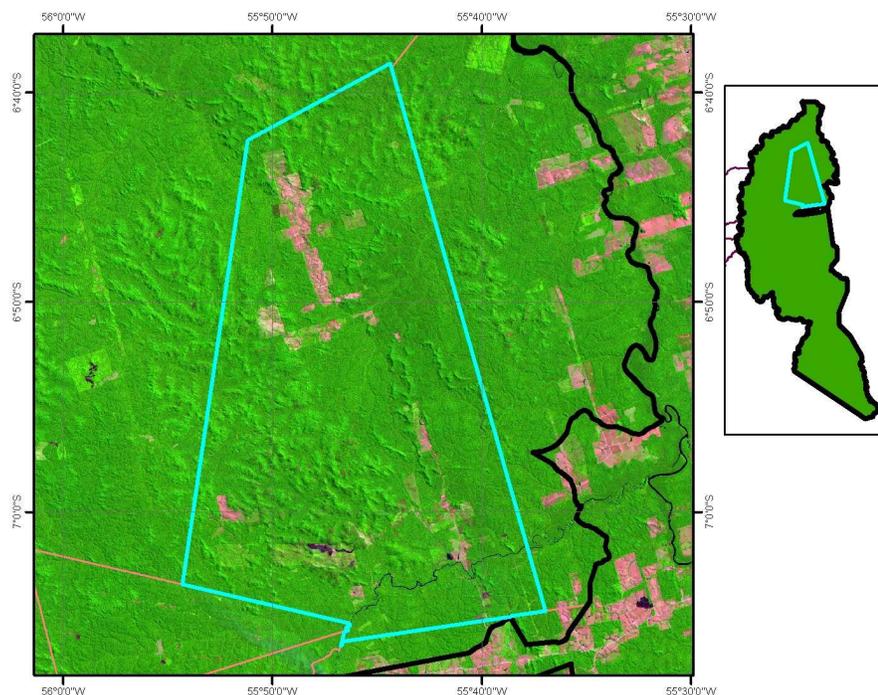


Figura 5.2.8 – Detalhe da região 8 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008

Na região existiram cinco planos de manejo florestais, alguns inclusive foram explorados e posteriormente parcialmente desmatados pelos ocupantes atuais que teriam comprado a área da empresa "TAIGA DO PARÁ INDUSTRIAL MADEIREIRA".

As pretensões fundiárias variam com média de 1500 a 2500 hectares, é comum verificar posseiros com dois ou mais lotes deste tamanho. A maior parte das posses são de pessoas que

residem na cidade de Novo Progresso e tem boas condições financeiras, Encontrou-se diversos desmatamentos recentes e queimadas em curso no momento da vistoria.

A região 8 fica situada bem no interior da unidade, elevando o peso da consideração de interioridade da região

Pela baixa ocupação da área, e pelos desmatamentos novos que vem ocorrendo, a desafetação desta área premiaria a criminosos ambientais, enfraqueceria a possibilidade de um TAC para redução de desmatamentos e certamente traria em seu bojo o ensinamento de que a transgressão e os crimes ambientais dentro de Unidades de Conservação compensam.

Sugere-se assim a manutenção desta área da Flona Jamanxim e um processo rápido de desintração, considerando prioridade o desenrolar dos trâmites administrativos e judiciais para apuração dos crimes ambientais flagrados e autuados pelo IBAMA.

**5.2.9 - A região 9** abrange 11.704 hectares (figura 5.2.9). Ela compreende os fundos dos lotes do ramal APRORGIM.

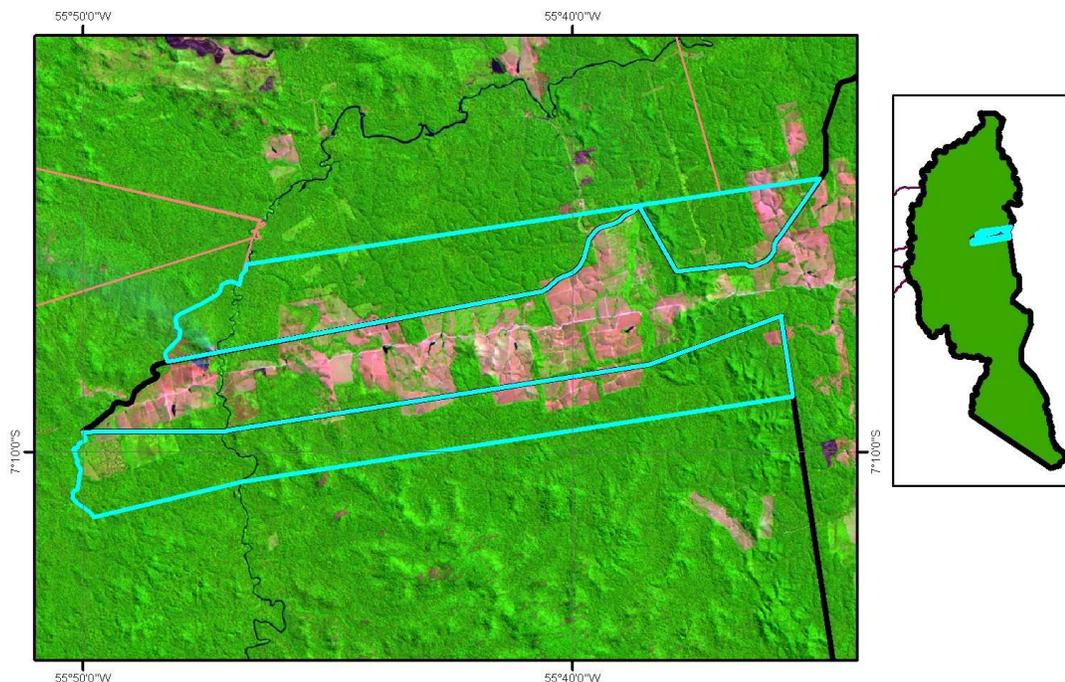


Figura 5.2.9 – Detalhe da região 9 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008.

Este ramal teve parcela de sua área excluída dos limites da Flona na sua criação.

Em entrevistas percebe-se que a pretensão fundiária dos ocupantes destes lotes é oriunda do loteamento feito no final da década de 80 pela APRORGIM (Associação dos Produtores Rurais da Gleba Imbaúba) seguindo os moldes das colonizadoras do Mato Grosso, de onde teriam vindo seus associados, porém, neste caso, sem possuir direitos sobre as terras. Cada lote teria dois por

doze quilômetros com frente para o ramal Aprorgim, perfazendo área de 2400 hectares. Hoje alguns são subdivididos longitudinalmente entre familiares. Dos primeiros ocupantes provenientes de Tangará do Sul - MT, poucos mantêm seu lote até os dias de hoje, a maioria foram revendidos a terceiros, mas alguns mantiveram o lote em sua posse, mas transferiram-se de volta ao Mato Grosso onde possuem outras fazendas. Poucos lotes (de 2 a 4) são ocupados por posseiros/moradores, os outros são parte de moradores da cidade de Novo Progresso e parte de pessoas que residem em outras regiões do país. Em geral as fazendas tem média produtividade, e alguns lotes originais foram subdivididos entre parentes.

Na criação da unidade, os limites deste "dente" foram os limites das áreas já desmatadas ao longo do ramal. Tal critério no entanto vem sendo questionado pelos ocupantes, que não sabem o tamanho certo do fundo de seus lotes, e acabam entrando com suas atividades na FLONA. Alegam também que hoje não possuem mais a área que seria sua reserva legal obrigatória, num momento que o programa "Terra Legal" procederá a titulação das áreas e exigirá área de reserva legal. Constatam que cada posseiro ficou com um lote de tamanho diferente fora da Flona.

A área desmatada até 2008 chega a 18% da região 9. Vários destes desmatamentos são posteriores ao decreto de criação da FLONA.

Sugere-se assim que, num ajuste dos limites da FLONA Jamanxim, a área 9 seja desafetada da unidade, garantindo a todos os lotes um fundo de 4 quilômetros a partir do ramal Aprorgim. Assim existe a garantia da possibilidade de manutenção ou recomposição da reserva legal por parte dos posseiros que serão em breve titulados com áreas de 800ha (lote todo - 2x4km) a 400ha (meio lote-1x4km). Também deve se considerar o melhor relacionamento com a COMANJAL (cooperativa dos moradores da região) e a redução do conflito criado desde a criação da FLONA nas áreas de ocupação antiga de posseiros- moradores.

Sugere-se que o Rio Esmeril (referenciado no decreto de criação da Flona como "Igarapé Dois Irmãos de Cima") mantenha-se como limite oeste desta área de exclusão. pois após o rio, encontram-se apenas grandes fazendas principalmente de posseiros residentes em outras regiões do país.

**5.2.10 - A região 10** abrange 20.644 hectares (figura 5.2.10), tem como característica homogênea o fato que em 2004 ou 2005 uma porção de ex-garimpeiros, liderados por uma senhora chamada "França" invadiu uma grande porção florestal (10 mil alqueires) que diziam ser do posseiro Cesar Camenotti. Ele teria desistido da posse. Foram divididos lotes de 100 a 150 hectares entre os invasores. A área é chamada, pelos moradores vizinhos como área da invasão da França.

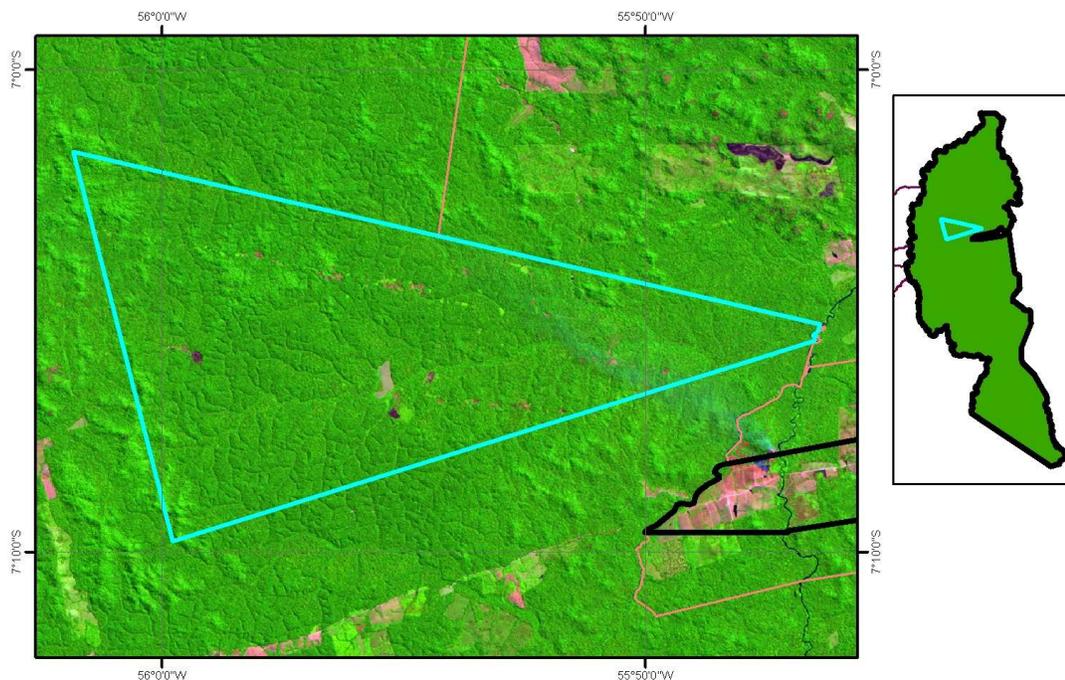


Figura 5.2.10 – Detalhe da região 10 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008.

Hoje moram na região de 6 a 8 famílias, entre invasores desta época e pessoas que compraram posteriormente a terra dos primeiros. Os outros lotes são considerados de pessoas que vivem em Novo Progresso, e pretendiam um dia constituir sítios. Todos os moradores praticam agricultura de subsistência em pequena escala, com pequena área desmatada e recente. Não encontrou-se pastagens ativas nesta região.

A região 10 possui apenas 1% de sua área já desmatada, ao tempo que é a região com maior número de posseiros moradores. Em entrevista percebeu-se que alguns sentem-se "aventureiros", esperando para ver se a terra será "liberada".

Pela interioridade da área, bem como pela baixa ocupação e até para frear a entrada de novos posseiros esta área não teriam motivos para a região ser excluída da Flona. Os atuais moradores podem ser facilmente reassentados (possuem pleno perfil para beneficiários da reforma agrária) ou que seja feita sua gestão na própria unidade.

**5.2.11 - A região 11** possui área total de 65.870 hectares no limite leste da Flona Jamaxim (figura 5.2.11). Em entrevistas e vôos na área não foi detectado nenhum posseiro morador na região. Seus posseiros seriam predominantemente moradores de Novo Progresso e nas poucas casas detectadas residem vaqueiros. Ainda destacaram-se aí as grandes quantidades de áreas abandonadas, em regeneração.

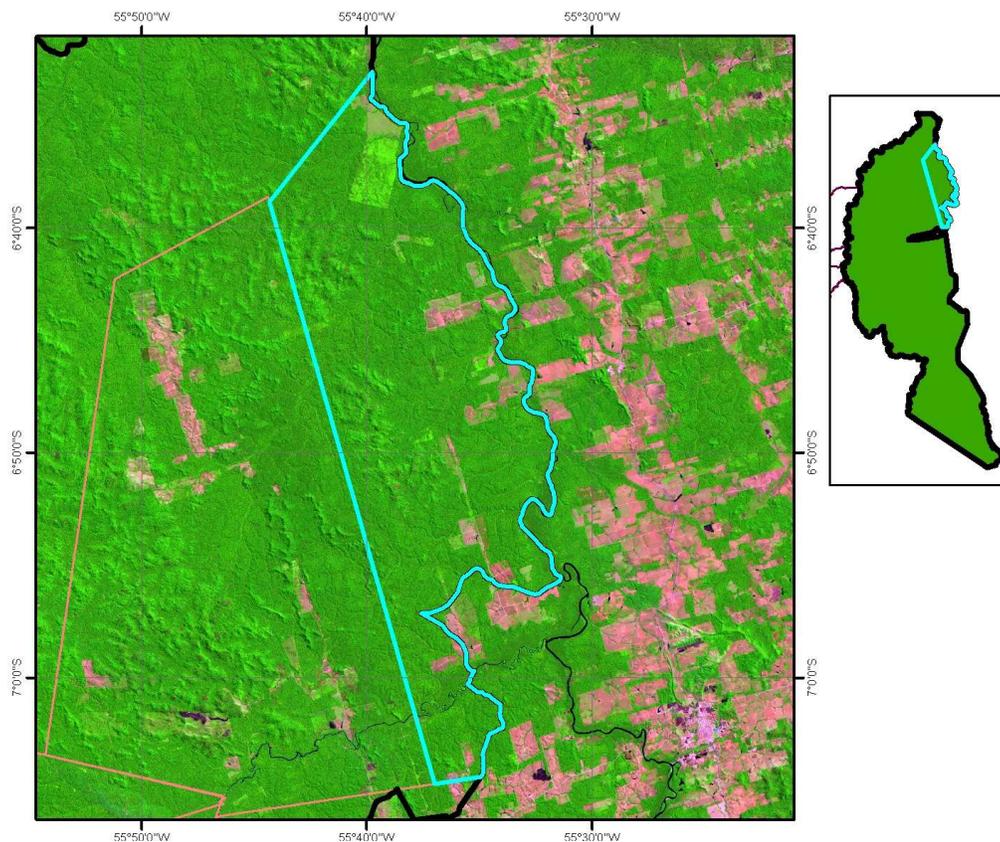


Figura 5.2.11 – Detalhe da região 11 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008.

A região tem 12% de área desmatada segundo dados do PRODES/INPE.

Devido a tais considerações avalia-se que não haveria motivos para desafetação desta porção da unidade dado sua baixa ocupação, produção e benefício social gerado pelas ocupações.

As regiões 12 e 13 fazem parte da porção sul da APA Tapajós. Foi incluída pesquisa nestas regiões por serem limítrofes com a FLONA Jamanxim e serem passíveis de ampliação da Flona Jamanxim sobre áreas bem preservadas e de pouca ocupação da APA Tapajós. Estas regiões também não parecem possuir títulos ou escrituras fundiárias

**4.2.12 - A região 12** foi delimitada com 213.388 hectares (conforme figura 5.2.12).

A região está apenas 1% desmatada. As três áreas abertas mais evidentes em imagens de satélite foram encontradas abandonadas, sem ocupação por pecuária e sem casas, num processo de regeneração natural. Ao longo da margem do Rio Novo foram encontradas apenas quatro balsas garimpeiras (forma de extração proibida no estado do Pará) e algumas poucas casas próximas às várias marcas de garimpo do passado. O Rio Novo tem várias áreas de pedrais e lages em área de extensa e contínua floresta primária, e também tem muitas marcas de garimpos

que eram comuns no passado. Segundo as entrevistas, atualmente o garimpo nessa região é muito pequeno, efetuado apenas por essas balsas encontradas.

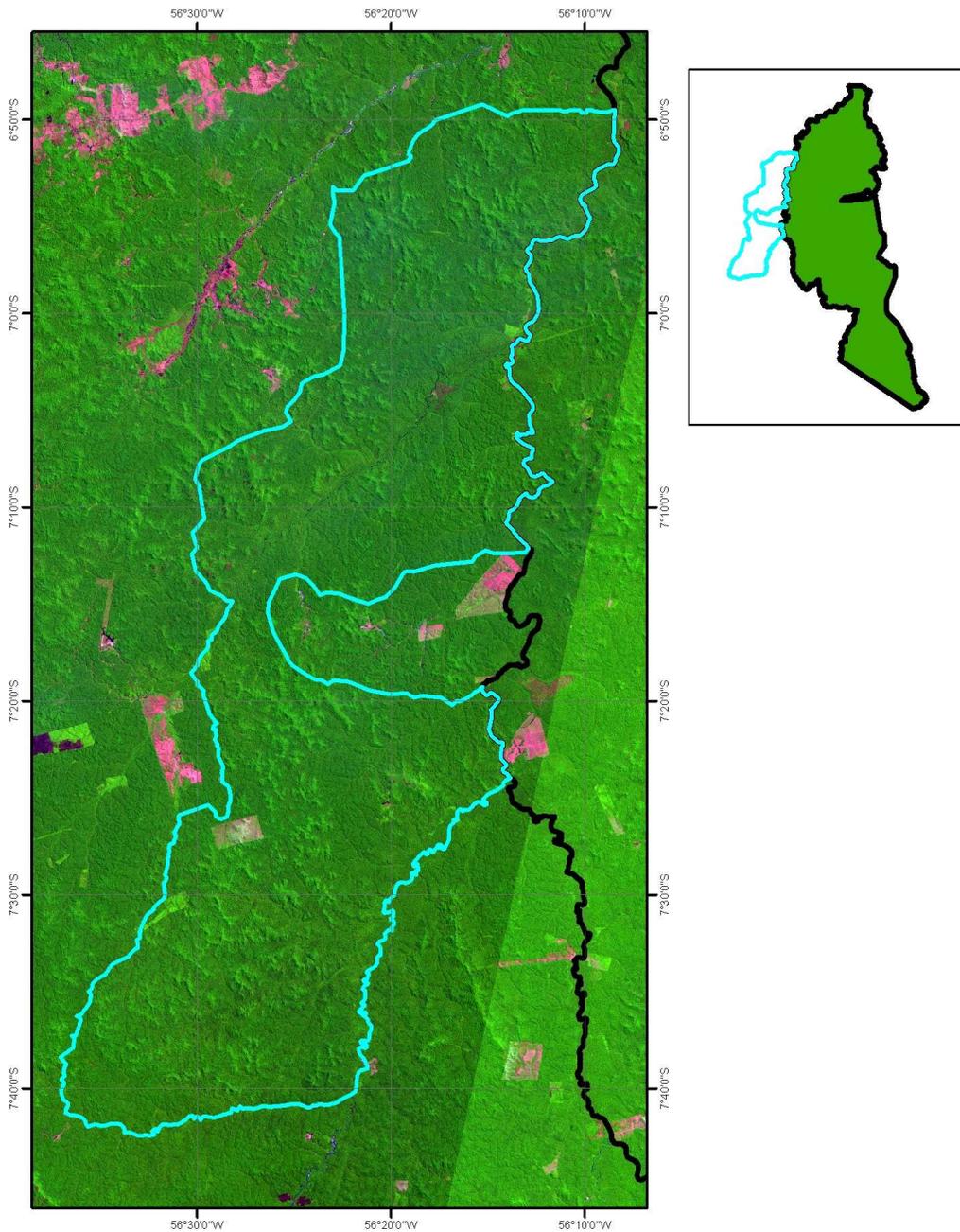


Figura 5.2.12 – Detalhe da região 12 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008.

Excluiu-se desta região as áreas de garimpo do Rio Surubim, estes extremamente ativos com altíssima degradação ambiental. Também se excluíram desta região as fazendas, garimpos e minerações a oeste e ao sul da região, objetivando separar uma região onde os interesses de preservação ambiental seriam preponderantes sobre os outros interesses de ocupação na área, a

região quase não tem produção econômica e mantém-se quase sem ocupação num contínuo de florestas nativas.

A ampliação da FLONA do Jamanxim para esta área ou até a criação de uma unidade de proteção integral seria o mais recomendado para esta região, pois as grandes áreas contíguas de floresta conservada entre o Rio Novo e os garimpos do Rio Surubim, na APA Tapajós, justificam maior grau de proteção, dada sua interioridade, alto grau de preservação e baixa ocupação humana.

**5.2.13 - A região 13** também faz parte da porção sul da APA Tapajós. abrange área de 24.209 hectares (figura 5.2.13). A diferença desta área para a área 12 reside que nesta área existe três fazendas, e três garimpos em atividade.

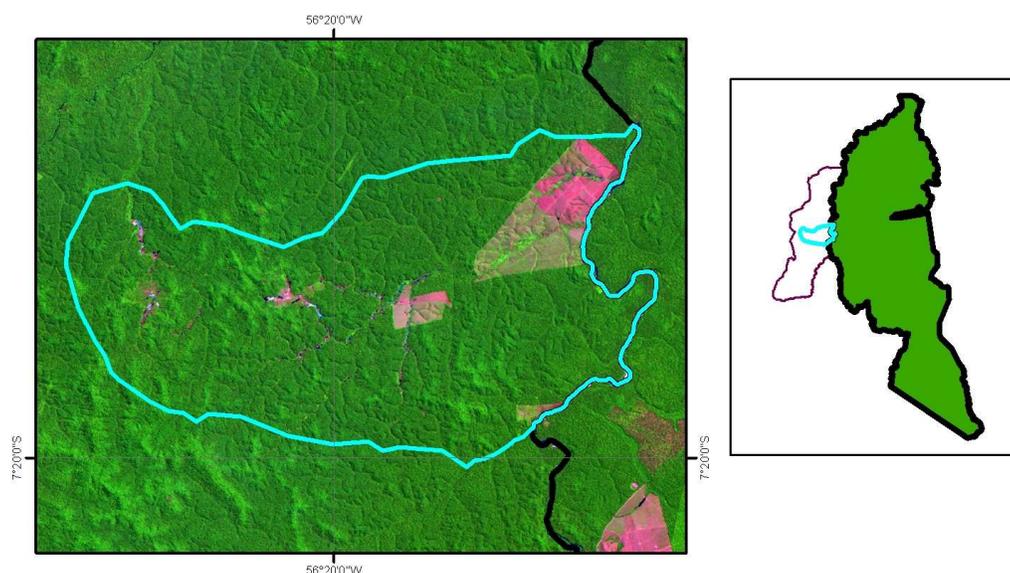


Figura 5.2.13 – Detalhe da região 13 sobre imagem Landsat 5 TM(R5G4B3) do ano de 2008.

O desmatamento acumulado nesta região corresponde a 12% da área. A maior fazenda, as margens do rio novo foi autuada pelo IBAMA por desmatamento. Em entrevista no local constatou-se o posseiro ser morador de outra região mantendo apenas vaqueiros no local. O acesso às fazendas é possível por barco ou veículo (a pista de pouso está desativada desde o declínio do garimpo no Rio Novo), a produtividade na fazenda é muito pequena e a quantidade de empregos gerados também é pequena.

Os três garimpos da região 13 estão em franca decadência, e conforme entrevista abrigam cerca de 50 a 60 garimpeiros numa população altamente flutuante. (garimpos Roque Santeiro e Vietnã) o acesso é exclusivamente por aeronave, trabalham de forma irregular, sem licença e,

utilizando-se de bico-jato, é evidente a degradação que causam aos cursos hídricos da região, em especial ao Rio Novo e ao Rio Surubim com águas completamente alteradas.

## **6 – CONCLUSÃO.**

A Flona Jamanxim foi criada dentro de um contexto de ordenamento fundiário da área de influência da rodovia BR163. Seu principal objetivo remonta a servir de um freio ao desmatamento e a exploração predatória e insustentável que avançava na região na mesma velocidade que ocorreu no norte do Mato Grosso alguns anos antes. Sendo uma das regiões de maior avanço do desmatamento em toda a Amazônia brasileira.

Os estudos de revisão dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim foram realizados por solicitação do Presidente do ICMBIO, através da Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais. A demanda foi gerada em função da manifestação de setores da sociedade local que detém posses dentro dos limites da Flona Jamanxim, que reivindicam a alteração do atual traçado da unidade com apoio de um grupo de políticos paraenses.

Baseados nas informações de campo e nos dados secundários levantados concluiu-se que a Flona Jamanxim não deve ser alvo de desconstituição ou mesmo de drástica redução. Isto levaria a um recuo de estratégia governamental de conservação que traria consequências ambientais imprevisíveis não só para a própria área da Flona, mas também para várias outras unidades de conservação da Amazônia, invariavelmente sofrendo de pressão fundiária, invasões e interesses políticos.

Particularmente a situação fundiária da Flona Jamanxim é caracterizada por enormes pretensões, com baixa produtividade. Num processo de drástica redução demonstraram que trariam baixo benefício social se comparado ao regime de concessão florestal.

Em termos sociais temos um reduzido número de posseiros/moradores (de trinta a quarenta famílias) que não representam ameaça a integridade da unidade.

Em termos ambientais a importância da proteção da biodiversidade e as grandes áreas de florestas contíguas preservadas que ocorrem na unidade desqualificam a alternativa de drástica redução da unidade .

No entanto alguns ajustes nos limites da unidade podem ser propostos almejando-se a melhor definição das áreas com potencial para conservação sem prejuízo do recuo de estratégia governamental de conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Os limites propostos para a desafetação são sedimentados por necessidade de pequeno ajuste para a maior governabilidade sobre a região, englobam três regiões conforme exposto no item anterior e pelas razões expostas propõe-se que não seja maior que isso. A figura 6 mostra os novos limites propostos.

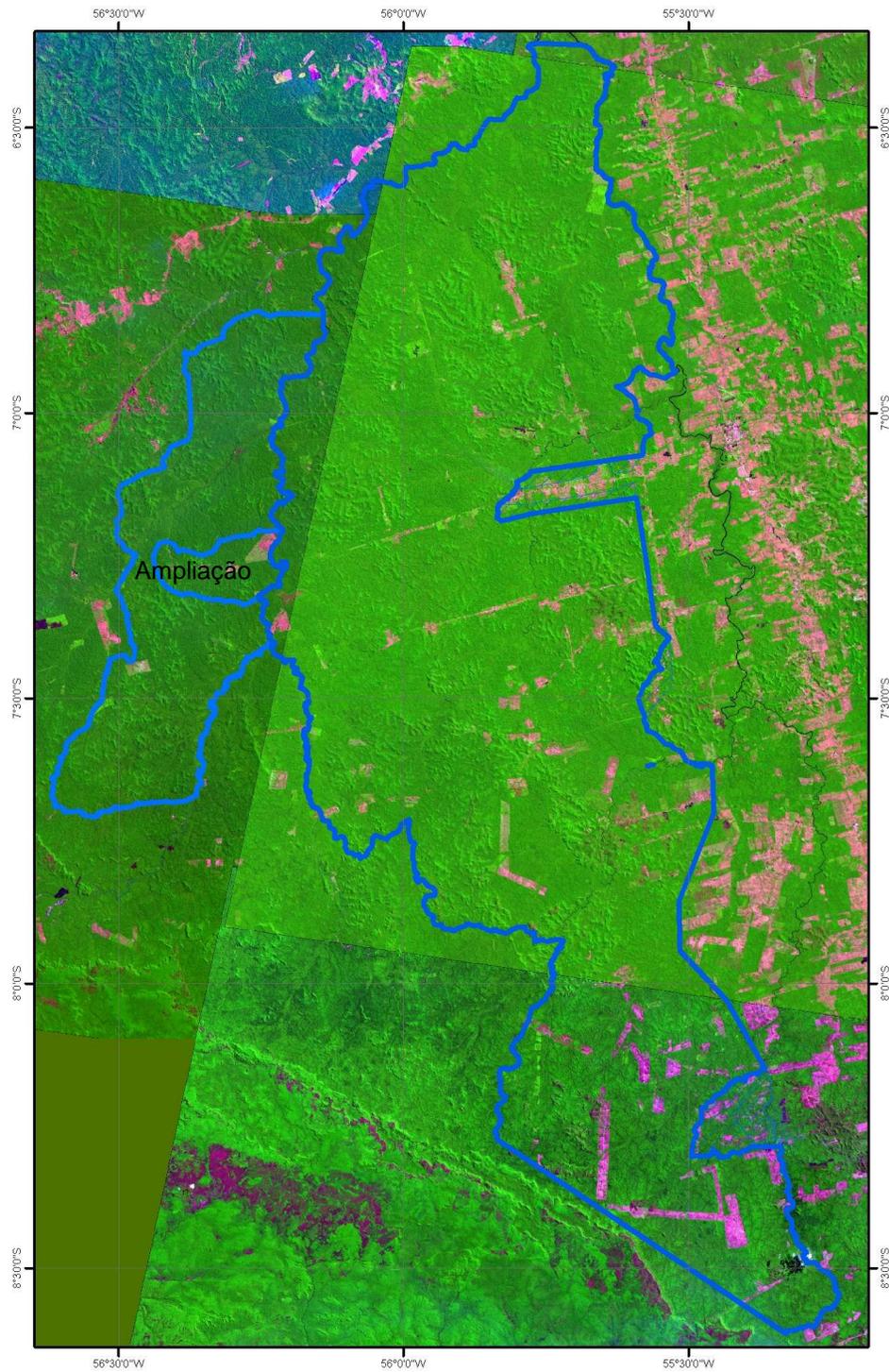


FIGURA 6. Novos limites propostos para a Flona Jamanxim

Certamente as três áreas propostas para desafetação por este trabalho não satisfarão os anseios dos fazendeiros e políticos que propõe a desconstituição da unidade, porém são os únicos possíveis ajustes que não trarão os prejuízos sociais e ambientais expostos. Ressalta-se que a concessão florestal proposta para a Flona Jamanxim indubitavelmente trará maiores benefícios sociais e ambientais do que o atual modelo de grandes propriedades com pecuária extensiva.

## 7. SUGESTÕES PARA MELHOR GESTÃO DA UNIDADE

Implementação urgente de modelo de concessões florestais. O que certamente reduzirá a pressão por práticas econômicas não ambientalmente sustentáveis e transformará a impressão que a população da região têm de que a criação da Flona engessa a economia.

Criação de força tarefa para agilizar o encaminhamento dos processos de autos de infração lavrados na Flona Jamanxim, considerando inclusive que o MPF já solicitou mais informações sobre estes Autos ao ICMBio.

Lotar mais servidores na unidade. Para melhor gestão necessita-se de mais servidores, trabalhando cotidianamente junto a unidade

Efetivar o censo demográfico georreferenciado na FLONA. Produto já previsto para a unidade.

Iniciar processo de ordenamento territorial com indenizações e reintegrações de posse com recursos provenientes de compensação ambiental oriunda do asfaltamento da rodovia BR163

## 8. ANEXOS

A Tabela de Caracterização das regiões da Flona Jamanxim

B - DVD-ROM com fotos, entrevistas e anotações de campo; dados geográficos das regiões, dados geográficos das incursões de campo, Imagens de satélite de 2008, dados geográficos do levantamento preliminar, estudo socioeconômico.

A - Tabelas de Caracterização das regiões da Flona Jamanxim

### REGIÃO 1

1. Uso do solo	Pecuária extensiva, Planos de Manejo Florestais.
2. Produtividade	média alta
3. Densidade humana	Baixa
4. Planos de manejo florestal	20 PMFs identificados
5. Garimpo	Não

6.Área aberta/área preservada	12%
7.Tipo ocupante	-Vaqueiros e caseiros residem no local, muitos recém chegados de outros estados., posseiros residem em outros estados, administradores residem em Castelo de sonhos
8.Concentração fundiária	Grandes fazendas com até 35.000 ha de poucos donos
9.Hidrografia	30 nascentes
10.Relevos predominantes	Superfície de piso dissecada em colinas com vales pouco profundos. Destacam-se inselbergues na paisagem. A superfície interpenetra-se aos Planaltos Residuais do Sul do Pará .
11.Fitofisionomia	Contato - Floresta Ombrófila Densa Submontana Dossel emergente e Contato - Floresta Estacional Semidecidual Submontana Dossel emergente
12.Desmatamentos	Região com desmatamentos mais antigos registrados (1997), com parte em processo de regeneração a oeste
13.Interioridade/Contiguidade	Grandes extensões contíguas de florestas preservadas
14. Observações gerais	Fazendas bem estruturadas com cercas, casas bem estruturadas com energia por gerador com telhas de cerâmica, tratores antena parabólica, curral, galpao, ramal. dados pertinentes
15.Permanência/Desafetação/Anexação	Indicamos que a região 1 deve permanecer na flona por causa da interioridade desta em relação a flona, alto grau de concentração fundiária, baixo benefício social das fazendas existentes.

## REGIÃO 2

1. Uso do solo	Grande área florestal com pouco uso antrópico
2. Produtividade	Pequena
3. Densidade humana	Baixíssima
4. Planos de manejo florestal	6 PMFs identificados
5. Garimpo	SIM, um ou dois pequenos. quatro balsas no Rio Novo.
6. Área aberta/área preservada	3%
7. Tipo ocupante	Poucos vaqueiros e caseiros residem no local, recém chegados de outros estados. _ - posseiros residem em outros estados, uma família
8. Concentração fundiária	Pretensão fundiária de grande áreas com pouco investimento.
9. Hidrografia	26 nascentes, todos os principais rios da região tem as nascentes nesta parte central da unidade
10. Relevos predominantes	"Relevos residuais configuram morros e cristas com encostas íngremes e vales profundos; acham-se interpenetrados pela superfície de piso característica da Depressão do Jamanxim--Xingu. Apresentam-se espacialmente descontínuos."; e também "Superfície de piso dissecada em colinas com vales pouco profundos. Destacam-se inselbergues na paisagem. A superfície interpenetra-se aos Planaltos Residuais do Sul do Pará".
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós; Floresta Ombrófila Densa Submontana Dossel emergente
12. Desmatamentos	O Desmatamento ao longo dos ramais, predominantemente isolados e antigos e com várias áreas em regeneração
13. Interioridade/Contiguidade	Região mais interior da Flona Jamanxim
14. Observações gerais	Ausência de boa infraestrutura, poucos ramais, distante da BR-163.
15. Permanência/Desafetação/Anexação	Indicamos que a região 2 deve permanecer na flona por causa da interioridade desta em relação a flona, alto grau de concentração fundiária, alto grau de preservação e baixo benefício social das fazendas existentes.

\*Inselbergue é uma elevação ilhada, formada em regiões de clima quente. São amontoados rochosos mais resistentes que o terreno circundante, e portanto menos desgastados pela ação erosiva. Um exemplo famoso é o Pão de Açúcar.

## REGIÃO 3P e 3G

1. Uso do solo	Pecuária extensiva, alguns poucos posseiros-moradores produzem agricultura de subsistência.
2. Produtividade	média
3. Densidade humana	baixa
4. Planos de manejo florestal	nenhum identificado
5. Garimpo	nenhum identificado
6. Área aberta/área preservada	28%(3P) e 20%(3G)
7. Tipo ocupante	Vaqueiros/caseiros, 4 a 6 lotes com famílias de posseiros/moradores
8. Concentração fundiária	Baixa, vários lotes e vários proprietários Predominantemente propriedades com áreas de até 1000 hectares, porém algumas áreas maiores subdivididas em lotes menores.
9. Hidrografia	nenhuma nascente identificada na carta 1:250.000
10. Relevos predominantes	"Superfície de piso dissecada em colinas com vales pouco profundos. Destacam-se inselbergues na paisagem. A superfície interpenetra-se aos Planaltos Residuais do Sul do Pará."
11. Fitofisionomias predominantes	Contato - Floresta Estacional Semidecidual Submontana Dossel emergente
12. Desmatamentos	Poucos desmatamentos recentes.
13. Interioridade/Contiguidade de	áreas antropizadas contíguas, principalmente na porção 3P.
14. Observações gerais	Posseiros moram em castelo dos Sonhos,
15. Permanência/Desafetação/Anexação	A região 3 mais ocupada, com antropização mais antiga e tendendo a estabilidade em termos de desmatamento, com mais posseiros-moradores que as outras regiões da unidade, sugere-se a desafetação da região 3P podendo se estender a região 3G.

## REGIÃO 4

1. Uso do solo	Pecuária extensiva
2. Produtividade	média
3. Densidade humana	baixa
4. Planos de manejo florestal	nenhum identificado
5. Garimpo	nenhum identificado
6. Área aberta/área preservada	15%
7. Tipo ocupante	Vaqueiros e Caseiros, 0 a 3 posseiros-moradores
8. Concentração fundiária	Alta – várias pretensões do mesmo posseiro
9. Hidrografia	16 nascentes.
10. Relevos predominantes	"Superfície de piso dissecada em colinas com vales pouco profundos. Destacam-se inselbergues na paisagem. A superfície interpenetra-se aos Planaltos Residuais do Sul do Pará." e "Vários níveis de terraços e as várzeas recentes contém diques e paleocanais, lagos de meandro e de barramento, bacias de decantação, furos, canais anastomosados e trechos de talvegues retilinizados por fatores estruturais."
11. Fitofisionomias predominantes	Contato Floresta Ombrófila / Floresta Estacional - enclave - Floresta Estacional Semidecidual Submontana Dossel emergente
12. Desmatamentos	poucos desmatamentos recentes
13. Interioridade/Contiguidade de	Contiguidade entre as áreas desmatadas é muito baixa
14. Observações gerais	

15. Permanência/Desafetação/Anexação	A região 4 deve permanecer na unidade, dado seu baixo grau de ocupação, alta concentração fundiária, baixo benefício social das fazendas.
--------------------------------------	---

## REGIÃO 5

1. Uso do solo	Pecuária, vários desmatamentos recentes ainda sem ocupação econômica.
2. Produtividade	baixa
3. Densidade humana	baixa
4. Planos de manejo florestal	nenhum
5. Garimpo	nenhum
6. Área aberta/área preservada	26%
7. Tipo ocupante	quatro famílias de posseiros moradores. vários lotes com vaqueiros/funcionários e muitos recém desmatados, sem ocupação ou infraestrutura.
8. Concentração fundiária	Várias pretensões de médio porte (500 a 1000 hectares)
9. Hidrografia	2 nascentes, Rio Mutum Acá e Rio Mirim II
10. Relevos predominantes	Relevos elaborados em rochas cristalinas arqueano-proterozóicas correspondentes a áreas cratônicas, maciços medianos e cinturões remobilizados. Incluem modelados de aplainamento e formas de dissecação homogênea, às vezes diferencial.
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós; Floresta Ombrófila Densa Submontana Dossel emergente e Contato Floresta Ombrófila / Floresta Estacional - enclave - Floresta Estacional Semidecidual Submontana Dossel emergente;
12. Desmatamentos	predominam os desmatamentos recentes
13. Interioridade/Contiguidade de	desmatamentos ao longo dos ramais
14. Observações gerais	Alvo de operação do IBAMA, área de extrema complicação, destacou-se por ter médios posseiros,
15. Permanência/Desafetação/Anexação	Permanência na unidade, principalmente pela recência dos desmatamentos sugere-se ação enérgica de combate aos crimes ambientais.

## REGIÃO 6

1. Uso do solo	Pecuária
2. Produtividade	Médio
3. Densidade humana	baixa
4. Planos de manejo florestal	3 PMFs identificados
5. Garimpo	Nenhum identificado
6. Área aberta/área preservada	15%
7. Tipo ocupante	Raros posseiros moradores, geralmente vaqueiros e caseiros com posseiros residentes em Novo Progresso, alguns de fora da região.
8. Concentração fundiária	Alta
9. Hidrografia	7 nascentes, destaca-se o Rio Claro,
10. Relevos predominantes	" Superfície de piso dissecada em colinas com vales pouco profundos. Destacam-se inselbergues na paisagem. A superfície interpenetra-se aos Planaltos Residuais do Sul do Pará."
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós e Floresta Ombrófila Densa Submontana Dossel emergente.
12. Desmatamentos	a maioria de antes da criação da unidade, porém muitos desmatamentos de 2009 (2440ha), inclusive alguns em áreas de PMFs explorados

13. Interioridade/Contiguidade	Grande espalhamento das ocupações.
14. Observações gerais	Compreendem os ramais Marajoara e Serra da Negona Raras casas, 1 escola em construção, Serra Negona tem a mais baixa ocupação c/ casas abandonadas e Ramal em péssimo estado de conservação, várias áreas em regeneração.
15. Permanência/Desafetação/ Anexação	A região 6 deve permanecer na unidade, dado seu baixo grau de ocupação, alta concentração fundiária, baixo benefício social das fazendas.

## REGIÃO 7

1. Uso do solo	Garimpo ativo, com áreas degradadas. Desmatamentos para pecuária
2. Produtividade	baixa
3. Densidade humana	Média /Alta
4. Planos de manejo florestal	Nenhum identificado
5. Garimpo	Sim, ativo, alta degradação, Barracas de madeira e lona
6. Área aberta/área preservada	25%
7. Tipo ocupante	Garimpeiros, de 3 a 8 posseiros moradores
8. Concentração fundiária	Baixa
9. Hidrografia	nenhuma nascente em 1:250.000
10. Relevos predominantes	" A unidade faz contatos nítidos com os relevos elevados dos planaltos com os quais se limita; localmente há contatos através de escarpas."
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós
12. Desmatamentos	Predominam desmatamentos de 2004, 2005 e 2006.
13. Interioridade/Contiguidade	A região está na borda da Flona, possui as regiões antropizadas concentradas.
14. Observações gerais	
15. Permanência/Desafetação/Anexação	Sugere-se a desafetação da região 7, devido a contiguidade das áreas desmatadas, o garimpo ativo presente em seus limites, a condição de baixa concentração fundiária.

## REGIÃO 8

1. Uso do solo	Pecuária, PMF
2. Produtividade	Baixa
3. Densidade humana	Baixa
4. Planos de manejo florestal	7 PMFs explorados
5. Garimpo	Nenhum identificado
6. Área aberta/área preservada	9%
7. Tipo ocupante	Vaqueiros e caseiros
8. Concentração fundiária	Alta
9. Hidrografia	5 nascentes
10. Relevos predominantes	" Conjunto de formas de relevo de topos convexos, em geral esculpidas em rochas cristalinas e, eventualmente, também em sedimentos, às vezes denotando controle estrutural."
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós; Floresta Ombrófila Densa Submontana Dossel emergente e Floresta Ombrófila Aberta Submontana com palmeiras
12. Desmatamentos	muito desmatamentos recentes (2009) - 3586ha, aparentemente em lotes que haviam algum desmatamento anterior, mas que haviam sido abandonados e estavam em regeneração.
13. Interioridade/Contiguidade	Área bem interior dificultando sua exclusão
14. Observações gerais	Ramal Dos Goianos Poucas casas, ocupações recentes, Foi alvo da operação Boi Pirata II.

15.Permanência/ Desafetação/Anexação	Permanência na unidade, principalmente pela recência dos desmatamentos sugere-se ação enérgica de combate aos crimes ambientais. sua exclusão caracterizaria falta de concatenação do Governo (MMA e ICMBIO/Ibama)
---	--

## REGIÃO 9

1. Uso do solo	Pecuária,
2. Produtividade	Média
3. Densidade humana	Baixa
4. Planos de manejo florestal	Nenhum
5. Garimpo	Nenhum
6. Área aberta/área preservada	18%
7. Tipo ocupante	Vaqueiros/Caseiros, com 2 a 4 famílias de posseiros-moradores.
8. Concentração fundiária	Média, lotes ficarão com 400 a 800ha, apesar da antiga pretensão fundiária ser de 2500ha.
9. Hidrografia	nenhuma nascente detectada 1:250.000 destacam-se o Rio Esmeril e o Rio Claro
10. Relevos predominantes	"Conjunto de formas de relevo de topos convexos, em geral esculpidas em rochas cristalinas e, eventualmente, também em sedimentos, às vezes denotando controle estrutural."
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós
12. Desmatamentos	Região de ocupação antiga, várias áreas em regeneração ou desmatamento muito grande em 2009.
13. Interioridade/ Contiguidade	A região já é margem da unidade, desafetação não trará consequências a outras regiões
14. Observações gerais	
15. Permanência/ Desafetação/Anexação	Sugere-se desafetar a região 9, ao norte e ao sul do dente da Aprorgim para contemplar a reserva legal dos posseiros que mantiveram-se fora da unidade na época de sua criação. Limite oeste aumenta até limite do rio Esmeril.

## REGIÃO 10

1. Uso do solo	Agricultura de Subsistência
2. Produtividade	média
3. Densidade humana	baixa
4. Planos de manejo florestal	nenhum
5. Garimpo	sim, manual, "familiar"
6. Área aberta/área preservada	1%
7. Tipo ocupante	6 a 8 famílias de posseiros-moradores, maior parte dos lotes não ocupados.
8. Concentração fundiária	Baixa, lotes de 100 ha
9. Hidrografia	3 nascentes
10. Relevos predominantes	"Conjunto de formas de relevo de topos convexos, em geral esculpidas em rochas cristalinas e, eventualmente, também em sedimentos, às vezes denotando controle estrutural."
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós.
12. Desmatamentos	Poucos e pequenos, voltados a agricultura de subsistência.
13. Interioridade/ Contiguidade	Área muito interior da Flona, e grandes áreas contíguas de floresta preservada
14. Observações gerais	Área assentamento da França, raras e precárias moradias, moradores com perfil de assentados

15.Permanência/ Desafetação/Anexação	Sugere-se a permanência desta região 10 na Flona dado o seu grau de preservação, sua interioridade e sua baixa ocupação humana.
---	---

## REGIÃO 11

1. Uso do solo	Pecuária extensiva
2. Produtividade	Média
3. Densidade humana	Baixa
4. Planos de manejo florestal	8 PMFs
5. Garimpo	Nenhum detectado
6. Área aberta/área preservada	12%
7. Tipo ocupante	Vaqueiro, os posseiros residem em Novo Progresso.
8. Concentração fundiária	Alta, lotes muito grandes
9. Hidrografia	5 Nascentes
10. Relevos predominantes	"Conjunto de formas de relevo de topos convexos, em geral esculpidas em rochas cristalinas e, eventualmente, também em sedimentos, às vezes denotando controle estrutural."
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós
12. Desmatamentos	Poucos desmatamentos recentes, área relativamente estável em termos de ocupação.
13. Interioridade/ Contiguidade	A região tem vastas porções preservadas
14. Observações gerais	
15. Permanência/ Desafetação/Anexação	Permanece na Flona Jamaxim devido a não ser área de grande conflito, grande extensão de áreas preservadas, poucos posseiros, baixo benefício social das fazendas.

## REGIÃO 12

1. Uso do solo	Garimpos - 4 balsas no Rio Novo
2. Produtividade	Baixa
3. Densidade humana	Baixa
4. Planos de manejo florestal	Nenhum
5. Garimpo	4 balsas no Rio Novo, muitas áreas abandonadas.
6. Área aberta/ área preservada	1%
7. Tipo ocupante	garimpeiro itinerante, talvez um a quatro posseiros com atividade de agricultura familiar as margens do Rio Novo.
8. Concentração fundiária	Poucas fazendas, abandonadas.
9. Hidrografia	7 Nascentes, Rio Nov se destaca
10. Relevos predominantes	Superfície de piso dissecada em colinas com vales pouco profundos. Destacam-se inselbergues na paisagem. A superfície interpenetra-se aos Planaltos Residuais do Sul do Pará .
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Densa Submontana Dossel emergente e Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós
12. Desmatamentos	Poucos, antigos, várias áreas em regeneração.
13. Interioridade/ Contiguidade	Alta contiguidade de florestas preservadas.
14. Observações gerais	Região de acesso difícil, sem infraestrutura de ramais, baixíssima ocupação
15. Permanência /Desafetação/Anexação	Sugere-se a anexação desta área a unidade dado seu alto potencial para conservação, contiguidade de florestas preservadas e baixa ocupação.

## REGIÃO 13

1. Uso do solo	Garimpo e Pecuária extensiva
2. Produtividade	Média
3. Densidade humana	Média
4. Planos de manejo florestal	Nenhum
5. Garimpo	três ativos, muitas áreas exploradas degradadas
6. Área aberta/área preservada	12%
7. Tipo ocupante	Garimpeiro, dono de pequeno garimpo, e nas fazendas Vaqueiro
8. Concentração fundiária	Alta na fazenda e na extensão dos garimpos
9. Hidrografia	Nenhuma nascente, rios da região altamente degradados por décadas de exploração garimpeira.
10. Relevos predominantes	"Superfície de piso dissecada em colinas com vales pouco profundos. Destacam-se inselbergues na paisagem. A superfície interpenetra-se aos Planaltos Residuais do Sul do Pará."
11. Fitofisionomias predominantes	Floresta Ombrófila Densa Submontana Dossel emergente e Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipós
12. Desmatamentos	apenas um grande desmatamento recente (atuado), outros são bem antigos.
13. Interioridade/Contiguidade	A área fica em meio a extensa região 2 e região 12, preservadas,
14. Observações gerais	Os garimpos estão em franca decadência, podendo vislumbrar seu fim, são altamente impactantes.
15. Permanência/Desafetação/Anexação	Sugere-se a anexação desta região 13 a Flona dado que ela está entre as extensas regiões 2 e 12, as mais preservadas deste estudo, podendo no zoneamento da unidade ter algum tratamento especial quanto aos garimpos, mas não podendo ficar fora da anexação a Flona JaMANXIM.